



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA BEATRIZ DA COSTA MANGUEIRA

**O CONSTRUTIVISMO COMO LENTE DE ANÁLISE PARA OS PROCESSOS DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL**

**JOÃO PESSOA
2017**

ANA BEATRIZ DA COSTA MANGUEIRA

**O CONSTRUTIVISMO COMO LENTE DE ANÁLISE PARA OS PROCESSOS DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Política Internacional.

Orientador: Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva.

JOÃO PESSOA
2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M277c Mangueira, Ana Beatriz da Costa

O construtivismo como lente de análise para os processos de integração regional [manuscrito] / Ana Beatriz da Costa Mangueira. - 2017.
57 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva, Departamento de Relações Internacionais".

1. Integração regional. 2. Construtivismo. 3. Política internacional. I. Título.

21. ed. CDD 327.17

ANA BEATRIZ DA COSTA MANGUEIRA

O CONSTRUTIVISMO COMO LENTE DE ANÁLISE PARA OS PROCESSOS DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovada em 17 / 05 / 2017.

Ana Paula Maielo Silva

Ana Paula Maielo Silva /UEPB
Orientadora

Giuliana Dias Vieira

Giuliana Dias Vieira /UEPB
Examinador(a)

Xaman Korai Pinheiro Minillo

Xaman Korai Pinheiro Minillo /UEPB
Examinador(a)

Dedico à minha mãe, ao meu pai, e à memória da minha querida avó Nina.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, que me proporcionou a vida para que eu pudesse evoluir cada vez mais. Aos meus pais, Kalina Lígia e José Heldes, pelo cuidado, pelos ensinamentos e pelo esforço, buscando sempre dar uma ótima educação aos seus filhos. Sou indescritivelmente grata por todo o apoio e dedicação comigo, e por tudo que fizeram por mim, especialmente por me prepararem pra vida e por me proporcionarem ânimo para aproveitar as oportunidades. Ao meu irmão, Gabriel, com quem aprendi muitas coisas, inclusive a ser mais humana, a partilhar e a não temer.

Agradeço aos meus avós, que também fizeram mais do que a função de pai e mãe em muitos momentos da minha vida. Sou grata por esse laço singelo que temos, por seu apoio, em todos os sentidos, e especialmente, em relação à educação. Como diria minha avó paterna: “os estudos são tesouros a descobrir”, e é esse tipo de tesouro que desejo sempre encontrar.

Sou grata à minha orientadora Ana Paula Maielo Silva, por quem possuo enorme admiração e carinho. Agradeço por sua atenção e paciência, e também por ter contribuído com observações críticas e construtivas, tanto em sala de aula quanto ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Também gostaria de agradecer às professoras Giuliana Dias Vieira e Xaman Korai Minillo, que participaram da banca de defesa desta monografia e contribuíram imensamente com suas considerações sobre este trabalho. Agradeço também aos professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com os quais tive o prazer de aprender cada vez mais sobre esse “mundo de vários mundos”. Todos contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico, sendo exemplos de profissionais.

Gostaria de agradecer à UEPB, por possibilitar educação superior de qualidade aos seus alunos. À secretaria, à coordenação, aos funcionários da instituição e aos trabalhadores da copiadora.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos familiares, de maneira especial às minhas tias, Neuma e Edileuza, aquelas por quem tenho imenso carinho e que contribuíram para que esse sonho se realizasse. Aos meus amigos, em particular à Maribel, Gabi e Brenda, que são mais que amigas, são anjos que sempre me apoiaram. Ao meu namorado Aguirre, que é um grande amigo em todas as horas, e quem sempre me motiva a acreditar nos meus sonhos. Agradeço a todas essas e outras pessoas que fazem parte do meu convívio, as quais sou extremamente grata em partilhar experiências, pessoas que sem dúvidas auxiliam constantemente na minha construção pessoal.

“The state is invisible; it must be personified before it can be seen, symbolized before it can be loved, imagined before it can be conceived.”

(Michael Walzer, 1967)

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo considerar o Construtivismo como lente de análise para os processos de integração regional, tendo em vista que as teorias tradicionais são insuficientes para explicar esses processos, bem como as dinâmicas da política internacional. Muitos aspectos importantes dos processos de integração regional como, por exemplo, a formação das identidades e dos interesses dos estados, bem como as suas relações intersubjetivas foram negligenciados pelas teorias clássicas de Relações Internacionais (RI). Diferentemente dessas teorias, o Construtivismo possui premissas que contribuem de forma a aprofundar a compreensão sobre o tema em questão. Assim, para dar sustentação a essas análises, utilizando de uma literatura variada de autores construtivistas, realiza-se um apanhado sobre a integração regional, em seus diferentes contextos, em especial no pós-Guerra Fria, momento em que o regionalismo obteve maior destaque. As relações intersubjetivas entre os Estados que compõem os processos de integração regional devem ser visualizadas como fundamentais na busca pelo entendimento destes processos, pois tais elementos ampliam as perspectivas de estudos sobre a política internacional. Além disso, levar em consideração que as instituições são resultados dessas mesmas relações intersubjetivas entre os atores também é de suma importância para as análises da integração regional, especialmente no que diz respeito ao seu processo de formação. As instituições criadas pelos atores são um exemplo de que o mundo é constantemente construído e desconstruído de acordo com as percepções, preferências e interações desses atores. Dessa forma, o Construtivismo amplia a compreensão sobre os processos de integração regional principalmente porque reconhece a constante transformação do mundo por meio da interação dos agentes.

Palavras-Chave: Integração Regional, Construtivismo, política internacional, identidades, interesses.

ABSTRACT

This paper aims to consider the Constructivism as a lens of analysis for the process of regional integration in view that the traditional theories are insufficient to explain these processes and the international political's dynamics as well. Many important aspects about regional integration, such as actors' identities, interests and intersubjective relations, had been mostly neglected by the International Relations (IR) classic theories. Unlike those theories, the Constructivism contains premises that contribute in order to deepen the comprehension about the topic in question. Thus, to support these analyses, using a varied literature of constructivist authors, a research is made about the regional integration in its different contexts, especially in the post-Cold War period, the moment that the regionalism got more prominence. The intersubjective relations between the agents must be seen as fundamental in the search of understanding these processes, since such elements broaden the perspectives of studies on the international politics. In addition, taking into account that institutions are the results of those intersubjective relations between the actors is also very important for the analysis of regional integration, especially in regard to its forming process. The institutions being created by actors are an example of the world being constantly constructed and deconstructed according to the actors' perceptions, preferences, and interactions. Thus, the Constructivism broadens the understanding of the processes of regional integration mainly because it recognizes the world's constant transformation through the agents interactions.

Keywords: Regional Integration, Constructivism, international politics, identities, interests.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CONCEITOS E DIFERENTES PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	12
2.1	Os processos de integração regional: contexto histórico de sua formação.....	13
<i>2.1.1</i>	<i>Exemplos de integração regional em diferentes regiões.....</i>	<i>17</i>
2.2	Conceitos e dinâmicas dos processos de integração regional.....	19
<i>2.2.1</i>	<i>O significado da Integração Regional para as teorias mainstream: Funcionalismo e Institucionalismo.....</i>	<i>21</i>
2.3	Reflexões sobre o papel da soberania, da cultura e do poder nos processos de integração regional.....	23
2.4	Transformações na integração regional.....	28
3	INTEGRAÇÃO REGIONAL: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO.....	31
3.1	A abordagem construtivista nas Relações Internacionais.....	34
3.2	Visão construtivista sobre a integração regional.....	38
3.3	Refletindo sobre as vulnerabilidades, contrastes e diferenças na integração.....	45
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

As teorias clássicas, também conhecidas como teorias *mainstream* para as Relações Internacionais (RI), por muito tempo tiveram espaço privilegiado nas análises sobre política internacional, a qual é formada por dinâmicas estabelecidas entre diferentes atores, inclusive os Estados. No entanto, durante grande parte da história das RI os Estados são vistos por essas teorias não somente como atores centrais das relações internacionais, mas também como sendo constituídos por interesses e identidades fixos, ou seja, não passíveis de transformação ao longo do tempo, em detrimento da condição anárquica do sistema internacional. Assim como os Estados, os processos de integração regional, que são acordos ou organizações feitas por atores de uma mesma região, vinham sendo analisados predominantemente por um viés econômico ou de comércio pelas teorias tradicionais, tais como o funcionalismo ou o institucionalismo. Embora essas teorias tenham dominado os estudos e as pesquisas sobre os processos de integração, argumenta-se aqui que elas não possuem as melhores lentes para esclarecer todos os questionamentos sobre o tema em tela.

Nesta perspectiva, o trabalho tem como principal objetivo considerar o Construtivismo como lente de análise para os processos de integração regional com vistas a demonstrar que as premissas dessa abordagem fornecem um entendimento mais aprofundado e abrangente dos processos de integração. Isto porque, diferentemente das teorias clássicas, o construtivismo entende que as identidades e os interesses dos atores são endógenos ao processo de interação entre os agentes e, por extensão, não são fixos. Outras questões que serão subjacentes ao objetivo central são, a saber: analisar os diferentes conceitos e perspectivas sobre a integração regional, examinar as afirmativas dos autores construtivistas atinentes aos processos de integração regional, compreender o Construtivismo como importante abordagem das Relações Internacionais e ainda investigar as identidades e os interesses dos atores e refletir sobre o papel da soberania, poder e cultura nesses processos, são importantes objetivos deste trabalho, tendo em vista que os conceitos que envolve a política internacional foram construídos e modificados ao longo do tempo.

A integração é um processo contínuo que está em constante modificação e, por esse motivo, é necessário expandir os horizontes que possibilitam fazer importantes considerações acerca desses processos. Portanto, diante da necessidade de entender os processos de integração regional com lentes mais amplas, que abarcam as mais diversas características em seus estudos, inclusive as relações intersubjetivas dos atores, utiliza-se, aqui, o modo de análise construtivista.

O trabalho não possui a intenção de comparar os autores da abordagem construtivista com os autores das teorias tradicionais para explicar os processos de integração regional, mas sim tem como intuito examinar quais são as visões dos construtivistas atinentes a esses processos. Contudo, não descarta-se importantes contribuições das teorias clássicas no que diz respeito a esses processos. Ademais, buscar entender qual o sentido do interesse dos agentes participarem de um processo de integração regional e, portanto a história de formação desses processos e seus conceitos, investigar as identidades e os interesses dos atores na integração regional e avaliar a relação da integração regional com o comportamento dos atores no que diz respeito aos termos soberania, poder, normas e regras, são importantes objetivos deste trabalho.

Para tanto, o trabalho foi dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo irá se debruçar sobre as contribuições dos autores construtivistas em relação aos conceitos da integração regional. Este capítulo é composto por quatro tópicos. O primeiro tópico diz respeito aos contextos históricos de formação dos processos de integração regional. É importante, antes de

tudo, na integração regional distinguir os contextos, chamados de “velho” e “novo regionalismo”¹, os quais são diferenciados de acordo com os diferentes períodos históricos, para alguns autores como Hettne e Soderbaum. Ainda em um item desse tópico pode-se visualizar alguns exemplos de integração nas diferentes regiões e os atores que as formam. O segundo tópico do primeiro capítulo aborda os diferentes conceitos de integração regional, bem como suas dinâmicas. Nesse tópico, observa-se que o conceito sobre integração é amplo e não existe um consenso em relação a ele, principalmente no que concerne aos atores centrais que compõem uma integração regional, sendo eles apenas atores estatais ou não. Além disso, nesse tópico realiza-se uma breve exposição das visões das teorias tradicionais sobre os processos de integração regional, para melhor compreender o Construtivismo como uma visão ampla para analisar esses processos. O terceiro tópico do primeiro capítulo diz respeito questões importantes para se discutir a integração regional, como reflexões sobre o papel da soberania, poder e cultura nesses processos. O valor da soberania, em especial, chama atenção nos estudos sobre o tema tratado no trabalho porque gera dissenso entre os acadêmicos se ela realmente é eficaz como modo de organização política entre os atores. O quarto e último tópico do primeiro capítulo diz respeito à uma discussão sobre a possibilidade destes processos de formação gerarem um sentimento de comunidade para os agentes, em direção a uma identidade coletiva. Este último tópico do primeiro capítulo é uma importante contribuição para entender os tópicos da parte subsequente do trabalho, que vão abordar mais especificamente a relação entre a abordagem construtivista e os processos de integração regional.

O segundo capítulo irá, primeiramente, introduzir a adesão do Construtivismo como abordagem nas Relações Internacionais e posteriormente irá refletir sobre as contribuições dessa abordagem para compreender os processos de integração regional, bem como se utilizará de seus pressupostos como para analisar esse objeto de estudo, levando em consideração o comportamento dos atores, suas identidades, interesses, e outros elementos importantes para a construção da integração como um todo.

Argumenta-se que as análises sobre integração vêm crescendo lentamente por meio das lentes construtivistas e, ainda, essas análises estão voltadas principalmente para uma região, que é a Europa, devido a esse processo de integração ser visto nos estudos como a que mais alcançou sucessos por ser do tipo de integração mais profunda, discussão realizada em um dos tópicos dos capítulos. Com isso, a segunda parte está dividida em três tópicos. O primeiro tópico do segundo capítulo refere-se à abordagem construtivista nas Relações Internacionais e do que a mesma se trata. A transformação constante do mundo e dos atores que o formam é princípio central dessa abordagem. Ainda, a mesma traz instrumentos importantes para se pensar as relações entre os atores, como suas identidades e interesses, que mudam continuamente, possuem peso significativo em suas ações. O segundo tópico entra com a discussão mais precisa sobre a visão construtivista sobre a integração regional e tudo que a envolve, especialmente os membros que a compõem, suas características e comportamentos.

A relação entre integração regional e o Construtivismo está especialmente em buscar entender o que ocasiona o interesse em construir uma interação em que os atores possam se submeter as mesmas regras e tipo de organização até que se chegue, possivelmente, a um tipo de coerência regional. A integração em si tem seu próprio poder transformativo (WENDT, 1994, p.38 apud GUARNIERI, 2010, p.256). Essa transformação contínua pode estar relacionada às vantagens, ou mesmo desvantagens, da configuração política dos membros e da organização feita por eles, e das identidades e dos interesses desses atores.

¹ Ao longo do texto os termos regionalismo e regionalização irão aparecer. É importante distingui-los, mas ambos são conceitos parte do processo de integração regional. Regionalismo, segundo Fawcett (2004), é uma política ou um projeto, já regionalização é um processo ou uma “concentração de atividades a nível regional” (FAWCETT, 2004, p. 433).

A integração regional, para os construtivistas, é um processo evolutivo, e, além disso, tanto as regiões quanto a integração regional são o que os atores fazem delas (FAWCET, 2004, p.434). Percebe-se que há uma negligência de algumas regiões nos estudos de integração regional. Esses estudos muitas vezes privilegiam somente aqueles que obtiveram consideráveis êxitos. As vulnerabilidades presentes em qualquer configuração política, também são encontradas na integração regional serão foco de discussão do terceiro tópico da segunda parte do trabalho. Elas referem-se às dificuldades que algumas regiões do mundo possuem ao desenvolverem uma integração regional, ou ainda, quando esta é estabelecida, a dificuldade de mantê-la.

Logo, o trabalho finaliza com algumas considerações sobre o apanhado que foi feito na busca de compreender essa complexidade que são os processos de integração regional. Tais processos envolvem uma série de questões sobre as diferentes regiões, suas formas e dinâmicas, além da importância dos atores, que compõem e transformam a integração regional por meio da interação intersubjetiva.

2 CONCEITOS E DIFERENTES PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Durante grande parte da trajetória da disciplina de Relações Internacionais (RI), as dinâmicas da política internacional foram estudadas à luz das teorias clássicas, também conhecidas como teorias *mainstream*. De acordo com estas teorias, mais especificamente o realismo e o liberalismo², o foco central das análises são as relações entre os Estados. Em linhas gerais, estas abordagens consideram que estes Estados possuem interesses e identidades fixas, ou seja, independentes de seus processos de interação. A anarquia constitui a variável central para explicar o comportamento dessas unidades de análise. E, por ser a anarquia considerada uma característica imutável do Sistema Internacional, por extensão, as identidades e os interesses dos Estados, sendo uma resultante dessa condição anárquica, também seriam permanentes.

Entretanto, argumenta-se, neste estudo, que os pressupostos centrais destas abordagens clássicas das Relações Internacionais são insuficientes para a compreensão do objeto de estudo deste trabalho, a saber, os processos de integração regional, seja para a sua formação ou mesmo para a sua própria desintegração. Segundo Wendt (1992), por exemplo, a concepção da teoria de regimes é falha porque prescreve as instituições apenas como cooperativas. Ou seja, a perspectiva liberal, na qual se respalda a teoria de regimes, entende que as organizações internacionais podem mudar as características dos Estados, no entanto nega identidades e interesses como endógenos ao processo de interação (WENDT, 1992, p.399). Já para o Construtivismo, as instituições podem ser tanto cooperativas e conflituosas, e ao contrário das teorias clássicas, o Construtivismo reconhece que as identidades e os interesses são endógenos ao processo de interação, dessa forma, sendo mais coerente em sua forma de análise.

O denominado novo processo de integração regional³, provocado principalmente pelo fim da Guerra Fria, é visto como importante objeto nas análises construtivistas das RI, uma vez que é caracterizado por uma série de elementos que abarcam os reflexos que as interações entre os atores têm sobre os mesmos, sejam estes atores governamentais ou não-governamentais. Esse processo de mudança histórica na política internacional passou a atuar em vários níveis (Bjorn Hettne e Fredrik Soderbaum, 2000, p.33), os quais influenciaram na formação dos novos processos de integração regional⁴.

² É fundamental salientar a respeito do pensamento neoliberal, que teve como intuito revisar o liberalismo. A corrente neoliberal, apesar de sustentar a importância das Organizações Internacionais no Sistema Internacional, admite que os Estados são os principais atores das relações internacionais. Essa corrente sugeriu uma nova configuração da política mundial na década de 1970, chamada por Keohane e Nye de interdependência complexa, a qual prescrevia a intensificação das conexões entre os Estados, mas levava em consideração a participação de outros atores (NOGUEIRA e MESSARI, p.85). Três pontos principais caracterizavam os ideias da interdependência complexa: múltiplos canais conectam as sociedades, tais como Organizações Transnacionais; as relações entre os Estados não consistiriam em hierarquia; e a força militar não seria usada por governos contra outros governos que fizessem parte desse mecanismo de interações (KEOHANE e NYE, 2001, p.21).

³ Bjorn Hettne e Fredrik Soderbaum (2000) distinguem “Novo regionalismo” e “Velho Regionalismo”: o primeiro estaria intimamente ligado ao contexto pós Guerra Fria, e ao processo de globalização. Esse é um fenômeno considerado de escopo mundial, segundo os autores, porque neste momento passa a ocorrer em todas as regiões do mundo. Já o velho regionalismo teria emergido na década de 1950, porém estagnado na década de 1970 (HETTNE; SODERBAUM, 2000, p.33).

⁴ De acordo com os autores, a formação do processo de integração regional deve ser entendida por alguns níveis, incluindo tempo (contexto) e espaço. Esses níveis são os 1) o espaço regional, neste nível basicamente se entende que uma região não existe sem um espaço geográfico; 2) complexo regional, o qual implica nas relações translocais, ou seja, no compartilhamento de culturas, entre os próprios Estados; 3) sociedade regional, que diz respeito ao nível crucial da regionalização, pela qual as relações entre os atores já estão baseadas em regras; 4) comunidade regional, neste nível, os autores afirma que se refere ao processo no qual a região se torna mais ativa e institucionalizada; 5) o ultimo nível é chamado pelos autores de “região-estado”, aqui, existiria uma heterogeneidade e multiculturalidade, este nível aplica-se mais a União Europeia, e os autores ressaltam que pode se

Nesta acepção, acredita-se que o Construtivismo consegue prover um referencial analítico mais apropriado, que abarca a complexidade das interações intersubjetivas não somente entre os Estados, mas também entre os diferentes atores que podem desempenhar um papel relevante para a formação, permanência e mesmo desintegração dos processos de integração regional. Isto porque o Construtivismo entende que a co-constituição entre agentes e estruturas forma o que os atores são, bem como a forma como eles agem⁵.

Para Wendt (1999), os estudos de política internacional devem levar em conta tanto as estruturas materiais quanto as estruturas intersubjetivas. Segundo o autor, o erro das perspectivas clássicas, tais como o liberalismo e o realismo, consiste em justamente separar as estruturas materiais e intersubjetivas. O erro persiste sobretudo quando essas teorias alegam que os efeitos das estruturas intersubjetivas são secundários, ou quando as estruturas materiais também ficam em segundo plano. Em suma, o liberalismo contempla somente o campo das ideias e o realismo as estruturas materiais, gerando, dessa forma, limitações nas análises de política internacional (WENDT, 1999, pp.22-29).

Antes de alargar as análises acerca das limitações das teorias clássicas de RI para se estudar os processos de integração regional, bem como explorar as contribuições do Construtivismo acerca da temática em tela, o presente capítulo irá se dedicar a apresentar e discutir os principais conceitos sobre integração regional e, além disso, o que as teorias clássicas, como o funcionalismo e institucionalismo, têm a dizer sobre esses processos de integração. Sabe-se que não existe um conceito consensual para definir e explicar o que vem a ser “integração regional”. Portanto, é essencial identificar as diferentes contribuições existentes na literatura a este respeito. Isto irá, naturalmente, subsidiar as análises do capítulo subsequente.

2.1 Os processos de integração regional: contexto histórico de sua formação

Nas análises de política internacional, o contexto e o espaço são dois importantes recursos para melhor entender o objeto de estudo. Portanto, antes de iniciar a discussão sobre os conceitos e as dinâmicas da Integração Regional, é necessário compreender o significado de região e o que ela representa para os atores. De acordo com Bjorn Hettne e Fredrik Soderbaum (2000), uma região é um “espaço constituído por um certo número de Estados ligados entre si por uma relação geográfica e por um grau de interdependência mútua” (HETTNE e SODERBAUM, 2000, p. 37-38)⁶.

Os indivíduos que habitam uma região são seres sociais, que se enxergaram na necessidade de viver em conjunto, compartilhando de hábitos culturais e diversas atividades que compõem a vida em sociedade. Assim, esses indivíduos viram na comunidade um melhor meio de experiência, na qual a coexistência facilitaria o alcance de mecanismos para suprir as suas necessidades (LAURENTI, 2000, *on-line*). Sendo vista como um sistema social, a região implica, dessa forma, sempre relações entre grupos humanos além do local demarcado geograficamente, isto é, além das fronteiras. “As relações sociais podem ser bastante hostis e carentes de cooperação, assim a região pode ser uma formação de conflitos, sendo o equilíbrio

aplicar a outras regiões, mas somente quando estas obtiverem êxito nos outros níveis (HETTNE e SODERBAUM, 2000).

⁵ A abordagem construtivista observa as Relações Internacionais como um ambiente de constituição mútua, na qual os agentes, tais como Estados, interagem intersubjetivamente, formando e sendo formados pela estrutura (constituída por regras). Disponível em: < http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/6509/6509_3.PDF > Acesso em: 05 de novembro de 2016.

⁶ Tradução livre do original: “It is conventionally held that a region minimally refers to a limited number of states linked together by a geographical relationship and by a degree of mutual interdependence”.

de poder a única forma de garantir segurança”⁷ (HETTNE e SOBERBAUM, 1998, p.6). Essa mesma região também pode ser caracterizada como um ambiente cooperativo, mas o que os autores enfatizam é que o modo como ocorre essas relações, conflituosas ou cooperativas, depende das percepções que os atores possuem uns com os outros.

Embora o espaço geográfico não seja único e exclusivamente o motivo para que uma integração entre os agentes ocorra, os teóricos da chamada “Teoria do Novo Regionalismo” (NRT – sigla em inglês)⁸ baseiam-se no fato de que uma sociedade não pode funcionar separada do território, isto é, uma região está enraizada no território, onde vive um determinado número de pessoas. Desta forma, além dos recursos naturais presentes nestes territórios, é importante considerar também os valores e a cultura que foram construídos historicamente pelas comunidades (HETTNE e SODERBAUM, 2000, p.39). Um exemplo de comunidades são os próprios Estados, representando-as no sistema internacional.

Com o compartilhamento dos valores e de elementos culturais, as comunidades que formaram a sociedade internacional passaram por diversas modificações ao longo do tempo. Para a formação da integração regional, por exemplo, o interesse coletivo dos Estados tornou-se significativo. Esse interesse coletivo justificou a reunião dos atores para a formação de instituições internacionais ou dos próprios processos de integração. As bases para a constituição desses processos, tanto do chamado novo regionalismo⁹ quanto do velho regionalismo, os quais serão melhor esclarecidos posteriormente, foram o desejo de uma melhora no desempenho e ações desses atores na política internacional, bem como no aumento das suas capacidades, não só em termos de poder, mas também econômicos, políticos e sociais.

Para Mariano (1999) outros embasamentos que impulsionaram a formação dos processos de integração são representados por pelo menos quatro interesses dos Estados: 1) a segurança física, tendo em vista as diferenças que os atores possuem uns com os outros, e portanto o surgimento de possíveis divergências; 2) “segurança ontológica ou previsibilidade nas suas relações com o mundo, o que cria um desejo de identidades sociais estáveis”; 3) reconhecimento de uns pelos outros como atores internacionais; 4) e, por fim, o interesse em aumentar o seu bem-estar (MARIANO, 1999, p.16). Todos esses elementos foram os propulsores iniciais para que os Estados se integrassem nas suas respectivas regiões. Estes processos de integração tiveram início na década de 1950, com a criação da Comunidade do Carvão. Esse primeiro exemplo de integração, pós Segunda Guerra Mundial, ficou conhecido como o “velho regionalismo”, por ter sido o primeiro exemplo de processo de integração regional (HETTNE E SODERBAUM, 2000).

Idealizada e concretizada primeiramente na Europa, como desdobramento das relações internacionais, a integração da década de 1950 teve como propostas iniciais estabelecer relações

⁷ Tradução livre do original: “The region as social system implies ever widening translocal relations between human groups [...]. The social relations may thus very well be hostile and completely lacking in cooperation. The potential region, just like the larger international system of which it gradually forms part, can therefore on a low level of ‘regionness’ be described as anarchic, where a balance-of-power, or some kind of ‘concert’, tends to be the sole security guarantee”.

⁸ Hettne e Soderbaum (2000) propõem a criação da chamada “Teoria do Novo Regionalismo” (NRT – sigla em inglês), a qual estaria com a “compreensão da construção e consolidação de regiões e a formação de atores relevantes numa perspectiva histórica” (p.34). Para esses autores, a abordagem construtivista faz parte do componente teórico para a construção da Teoria do Novo Regionalismo, “tendo em vista que as regiões são grandes ‘comunidades imaginadas’ e que a regionalização é realizada por muitos atores diferentes” (p.45).

⁹ Além de saber as diferenças entre Novo e Velho regionalismo para compreender o objeto de estudo nesse texto, os autores acreditam ser importante diferenciar o significado de regionalismo e regionalização. O primeiro refere-se ao fenômeno do estudo em geral em seu contexto, como “nova onda” de integração regional, no pós-Guerra Fria. Já a regionalização designa o processo (empírico) que conduz a padrões de cooperação ou integração dentro do espaço geográfico, ou seja, seria o relacionado mais às dinâmicas dos processos de integração (Hettne e Soderbaum, 2000, p.34).

comerciais e econômicas¹⁰ entre os membros dessa integração. E mais do que isso, tinha como objetivo central estabelecer uma zona de paz por meio de uma cooperação entre esses atores por conta das experiências vividas pelas guerras mundiais que haviam acabado de acontecer naquele momento, as quais geraram um clima de conflitos entre países vizinhos do continente europeu. Portanto, entende-se que, antes de tudo, a integração do velho regionalismo tinha como principal finalidade impedir que novas guerras daquelas dimensões acontecessem novamente, pelo menos no território europeu. Essa integração passou a ser considerada por muitos acadêmicos como uma organização que obteve êxito, não só pela realização de suas atividades, mas também pela sua própria institucionalização, que levou ao que conhecemos hoje como União Europeia¹¹.

Neste mesmo momento, mais especificamente depois da Segunda Guerra Mundial, as instituições internacionais passaram a ter destaque nos estudos sobre relações internacionais. Para Pena (2003), o estudo da integração regional conota sempre o estudo de instituições internacionais, uma vez que os componentes que caracterizam essas instituições, como as normas, demonstram o comportamento dos Estados (PENA, 2003 apud COUTINHO; HOFFMANN; KFURI, 2007, p.9), por exemplo, saber se essas regras são cumpridas, conforme o acordo feito entre os atores. Nesse sentido, o autor afirma ser importante entender o que são instituições internacionais.

Krasner (2012) apresenta uma definição que se tornou referência em Relações Internacionais da temática em tela. Segundo o autor, as instituições internacionais são definidas como “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores” (KRASNER, 2012). Semelhante à definição anterior, para March e J.P. Olsen (apud COUTINHO; HOFFMANN; KFURI, 2007) as instituições são uma “coleção de práticas e regras relativamente estáveis que definem o comportamento apropriado de grupos específicos de atores em determinadas situações” (COUTINHO; HOFFMANN; KFURI, 2007, p.9). Portanto, quando essas instituições fossem definidas, espaços de diálogos, por exemplo, seriam criados para que os países pudessem adquirir conhecimento e, mais do que isso, promovessem políticas sobre determinado assunto que atenda os seus interesses.

A integração regional vista como uma instituição internacional (de escopo regional) enfatiza que o processo visa a cooperação de forma que os agentes possam lidar com os problemas conjuntamente (MARIANO, 1999, p.33) para facilitar o que poderia ser mais complexo de resolver individualmente. Ao ser institucionalizada, isto é, ao estabelecer normas, regras e uma maior formalidade, a integração evidencia que seu processo está dando certo. Para tanto, para que tenha sucesso e continue existindo, o papel dos Estados é fundamental, uma vez que é necessário que as regras e formalidades sejam seguidas, conforme acordado no processo de institucionalização desse processo de integração¹².

Tanto como objeto de estudo na política internacional, quanto como desdobramento dos próprios processos de política internacional, a integração teria seu espaço até meados da década de 1970, período esse em que os processos de integração regional europeia se estagnaram.

¹⁰ Esse desdobramento é o que os autores Bjorn Hettne e Fredrik Soderbaum (2000), chamam de velho regionalismo.

¹¹ A União Europeia (UE) é consequência da integração ocorrida na década de 1950 na Europa: a Comunidade do Carvão e do Aço. A UE foi instituída com a assinatura do tratado de Maastricht em 1992. Como funciona a União Europeia: Guia das instituições da União Europeia, p.3. Disponível em: <<http://www.ore.org.pt/filesobservatorio/pdf/ComofuncionaaUniaoEuropeia.pdf>> Acessado em: 10 de novembro de 2016.

¹² Em muitos dos casos, quando os processos de integração regional passam a ser institucionalizados, são criadas sedes físicas e são de caráter formal, com o intuito de promover reuniões entre os membros que fazem parte da integração (COUTINHO; HOFFMANN; KFURI, 2007, p.8).

Contudo, com o fim da Guerra Fria, esses processos voltaram a surgir de forma mais intensa, desencadeando o fenômeno chamado “Novo Regionalismo” (HETTNE e SODERBAUM, 2000).

Esse novo fenômeno¹³, parte do contexto histórico pós-queda do Muro de Berlim, passou a atrair mais atenção porque era considerado um fenômeno ‘internacional’, ou seja, o novo regionalismo começou a ter ressonância em outras regiões do mundo. Essas regiões se enxergaram na necessidade de ser parte dessa “nova onda” (HETTNE e SODERBAUM, 2000, p.33) do novo regionalismo. Para tanto, a globalização teve papel essencial, dado que foi um fenômeno capaz de tornar global o que antes era uma tendência europeia.

O contexto pós-Guerra Fria dava evidências da formação do novo regionalismo não só pelo impulso promovido pela globalização, mas também pelo próprio fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, pelo surgimento da hegemonia norte-americana e, por fim, pelo interesse por parte dos Estados em se integrarem com outros países que fizessem parte de suas regiões (HETTNE e SODERBAUM, 2000). A superação de conflitos é um dos objetivos em comum que pode ser tomada como exemplo de elementos que fomentaram certos processos de integração regional nesse período¹⁴.

Por ser parte de um novo contexto do sistema internacional, mais especificamente no final da década de 1980, grande parte dos teóricos da integração a observam como processos derivados de atos governamentais de cada membro que constitui uma dada integração regional. Estes autores entendem, pois, que naquele contexto os Estados estariam percebendo a necessidade de acompanhar as mudanças que vinham ocorrendo no cenário internacional pós-Guerra Fria. Em outras palavras, tal percepção por parte dos Estados foi também um dos fatores que contribuíram com o surgimento de novas integrações no mundo.

Para que as novas integrações regionais fossem formadas, era necessário utilizar de estratégias para se resguardar das possíveis ameaças, sejam elas em relação à política regional, econômica, militar ou até mesmo cultural (MARIANO, 1999). As estratégias seriam os próprios acordos feitos entre os vizinhos de uma mesma região. Além disso, a alternativa para que os países obtivessem êxito na busca de atingir os seus objetivos era saber lidar com os impactos que poderiam surgir naqueles que não se adequassem ao fenômeno chamado pelos neofuncionalistas de *spillover*¹⁵. Esse termo, de acordo com Mariano (2002), não possui uma tradução específica, sendo assim, o termo será sempre usado em inglês, mas o seu significado está ligado à ideia de “derramamento” ou “transbordamento” (MARIANO, 2002) da integração regional como uma característica que motiva o processo de integração a evoluir de um nível bem sucedido para outros.

Toda a história da formação dos processos integração regional no mundo, em seus diferentes contextos, contribuiu para uma discussão sobre os conceitos e as dinâmicas desses processos, entendendo que toda complexidade desse objeto de estudo não é analisada somente

¹³ O regionalismo é considerado um fenômeno qualitativo, tendo em vista que envolve um processo mais espontâneo, e muitas vezes surge dentro da própria região, de acordo com as suas particularidades e problemas a serem solucionados. Além disso, ao lidar com um fenômeno de característica mundial, uma região pode sofrer impacto de outras regiões. Assim, há uma crescente relação inter-regional, que é uma das principais características do novo regionalismo (HETTNE e SOBERBAUM, 1998, p.3).

¹⁴ No que diz respeito ao fim de conflitos e estreitamento de laços entre países vizinhos partes de uma mesma região, para Cabral (2010) o fim da bipolaridade no cenário mundial teve importante influência na aproximação entre Argentina e Brasil nessa época, por exemplo (CABRAL, 2010, p.2).

¹⁵ Diversos conceitos vinculados à integração regional, tais como *spillover*, são parte das teorias clássicas. Apesar da proposta do trabalho ter como análise para além dessas teorias consideradas de cunho limitado, é importante pensar na influência dos conceitos dados pelas teorias *mainstream* do estudo de integração regional, para melhor compreender como os agentes se enxergam como parte do processo de integração.

por uma perspectiva, justamente devido à sua abrangência. É o que se deve observar nas discussões dos tópicos subsequentes. Mas antes de adentrar nessas discussões, é necessário trazer um item contendo alguns exemplos da integração regional nas diferentes regiões do mundo para melhor visualizar as dinâmicas desses processos.

2.1.1 Exemplos de integração regional em diferentes regiões

Os acordos que são estabelecidos pelos atores com o objetivo de formarem uma integração regional podem variar de acordo com a região e com as relações estabelecidas por esses atores. Neste sentido, tais processos possuem uma organização e dinâmicas distintas, dos quais alguns exemplos¹⁶ podem ser visualizados em diferentes regiões:

- África- Ecowas (Economic Community of West African States)¹⁷ - sigla em inglês. Este grupo da África ocidental, de acordo com Pio Penna Filho (2007), introduziu o processo de descolonização na África, tendo em vista que foi uma forma de estabelecer os primeiros agrupamentos entre os Estados africanos independentes que surgiam (PENNA FILHO, 2007); SADC (Southern African Development Community)¹⁸ – sigla em inglês. Esse processo é formado por países da África austral, e tinha inicialmente como principal objetivo a independência do Sul da África (Idem);
- Américas- Mercosul (Mercado Comum do Sul): composto por todos os países da América do Sul¹⁹, visa principalmente a formação do mercado comum entre os Estados partes, implicando, por exemplo, a livre circulação de bens e serviços; Nafta (Tratado Norte Americano de livre comércio) - sigla em inglês: essa integração é um acordo feito por três membros da América do Norte- Estados Unidos da América, Canadá e México. O cerne desse grupo é o acordo de livre comércio entre seus membros²⁰; Unasul (União das Nações Sul-Americanas): formada por todos os países da América do Sul²¹, a Unasul delibera sobre questões econômicas, questões políticas, ambientais e de segurança;
- Ásia- Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático): essa integração diz respeito a questões econômicas ou socioculturais e ainda delibera acerca de diversos temas, como a criação de uma zona de livre comércio²²; Apec

¹⁶ Para melhor visualização dessas e outras integrações, ver mapas em: <<https://confins.revues.org/8939?lang=pt>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

¹⁷ Esse grupo é formado por (Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. ECOWAS - site oficial. Disponível em: <<http://www.ecowas.int/member-states/>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

¹⁸ Esse grupo é formado por Angola, África do Sul, Botswana, Lesoto, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. SADC - site oficial. Disponível em: <<http://www.sadc.int/documents-publications>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

¹⁹ Todos os países da América do Sul participam do MERCOSUL, sendo como Estado Parte ou como Estado Associado. Os membros são: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (Estados Parte). Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname (Estados Associados). Estado Parte em Processo de Adesão: Bolívia (desde 7 de dezembro de 2012). MERCOSUL- site oficial. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em 18 de maio de 2017.

²⁰ NAFTA – site oficial. Disponível em: <http://www.naftanow.org/about/default_en.asp>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

²¹ A Unasul é formada pelos doze Estados da América do sul, a saber: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. UNASUL – site oficial. Disponível em: <<http://www.unasul.org/es/estados-miembros>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

²² ASEAN – site oficial. Disponível em: <<http://asean.org/>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

(Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) – sigla em inglês: é considerado o maior bloco de cooperação econômica regional do mundo, e conta com a participação de vinte e um membros, sendo composto por Estados da Ásia, Oceania e América²³;

- Europa- UE (União Europeia): é um dos exemplos mais antigos de regionalismo, passando por transformações ao longo do tempo. Esse grupo é formado atualmente por vinte e oito membros²⁴, dos quais possuem relações mais estreitas em âmbito político e econômico.

Embora tenha sido suficiente demonstrar esses processos de integração, é necessário lembrar que existe uma grande variedade de outros processos de integração regional nos diferentes continentes que compõem o mundo. Observa-se que cada integração regional possui suas particularidades e, ainda, varia de região para região. Algumas semelhanças podem ser notadas no que diz respeito aos objetivos, como a criação de zona de livre comércio ou outras políticas em comum para alcançar esses objetivos, como a superação de conflitos. Um exemplo de integração que tinha como finalidade inicial a superação de conflitos é o grupo formado por países do Sudeste Asiático na década de 1960, ainda durante a Guerra Fria. A Asean é um tipo de integração que busca sentido, ou seja, seus objetivos evoluem desde a sua criação, pois o grupo está em constante construção, e com o passar do tempo novos objetivos surgiam de acordo com os interesses dos agentes durante suas interações. A partir dessas interações, os laços dos atores podem se estreitar ou não, uma vez que isso ocorre dependendo de suas percepções. Ou seja, pode existir a formação de uma comunidade mais estreita ou de uma comunidade em que ocorra afastamento dos atores, dependendo das vantagens, ou mesmo desvantagens para estes. De acordo com Acharya (2001), para que comunidades como esta seja construída, é necessário que se desenvolva entendimentos compartilhados, como em relação a condutas de cooperação pacífica (ACHARYA, 2001, pp.16-23).

A integração regional pode ser ainda um modo de promover independência por parte de regiões menos desenvolvidas das potências mundiais, é o que ocorreu com alguns processos de integração formados no continente africano e na América Latina. Os fatores históricos possuem influências importantes no que diz respeito à convivência dos Estados que compõem as regiões. Atinente ao continente africano, muitos conflitos, além do subdesenvolvimento, estão na maioria das vezes relacionados aos processos de colonização e descolonização dos países dessa região. Na tentativa de se tornarem mais independentes, especialmente dos países Europeus que colonizaram o continente, os países africanos iniciaram processos de integração regional através dos blocos como ECOWAS e SADC (citados nos exemplos de integração acima). De acordo com Penna Filho (2007), os blocos formados na África ainda são muito limitados, pois nem todos os países possuem semelhanças consideráveis, e além disso não existe ainda uma integração profunda entre os países desse continente (PENNA FILHO, 2007, p.4-5). Em situações instáveis, de acordo com Fawcett (2004), a cooperação e a integração são prováveis de serem superficiais e muitas vezes conduzidas por outros atores mais poderosos, sejam de dentro da própria região, sejam de outras regiões mais desenvolvidas. Para essa autora,

²³ Os países que constituem a APEC são: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Estados Unidos da América, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Singapura, Taipei, Tailândia, Vietnam. APEC official website. About us, member economies. Disponível em: < <http://www.apec.org/About-Us/About-APEC/Member-Economies>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

²⁴ Os membros são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Romênia e Suécia. UNIÃO EUROPEIA official website. Sobre a UE. Disponível em: < https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries_pt>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

isso é justamente o que ocorre na África. No entanto, para Borzel e Risse (2016), ainda que os processos de integração do continente africano não tenham um sentimento de comunidade forte e muito menos uma identidade única, pode-se afirmar que, a despeito de seus problemas, eles trouxeram uma ideia de reestruturação para a região, especialmente após o processo de descolonização (BORZEL e RISSE, 2016, p.11).

Tendo visto o histórico de formação dos processos de integração regional, divido em dois contextos por alguns estudiosos sobre o tema, como Hettne e Soderbaum, e ainda, tendo observado os exemplos de processos de integração regional, o tópico na sequência diz respeito aos conceitos e dinâmicas desses processos nas diferentes perspectivas de analistas da integração regional.

2.2 Conceitos e dinâmicas dos processos de integração regional

O conceito de integração é bastante amplo, uma vez que abrange uma série de dinâmicas distintas entre diferentes tipos de atores, os quais podem ser governamentais ou não-governamentais²⁵. Esses atores, antes independentes, com o processo de integração passam a constituir um todo, quando atingido na integração um estágio em que os laços entre os atores estão mais estreitos, que por sua vez possui a finalidade de tomar decisões em conjunto (COUTINHO; HOFFMANN; KFURI, 2007, 2007, p.7). Sendo assim, a integração regional pode ser definida como “um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional” (HERZ e HOFFMANN, 2004, p.168 apud COUTINHO; HOFFMANN; KFURI, 2007, p.7). O processo dinâmico da integração regional colaboraria com as capacidades dos atores em possibilitar a manutenção das organizações criadas por eles mesmos e fortalecê-las cada vez mais. Nesse sentido, uma vantagem adquirida seria uma maior qualidade nos processos de tomada de decisão entre os membros. A maioria dos processos de integração ocorre de forma intergovernamental, mas pode ocorrer entre outros tipos de atores. Logo essa é uma definição abrangente porque engloba outros atores além dos Estados.

Por outro lado, Mariano (1999) afirma que

todo processo de integração regional é um tipo de cooperação entre Estados que busca de alguma forma regulamentar ou ordenar o atual contexto internacional²⁶. Esta cooperação entre governos é entendida pelas teorias de relações internacionais como um tipo de instituição que visa melhorar a capacidade de cada um deles para lidar com problemas que individualmente não conseguiriam ou teriam maiores dificuldades para solucionar. Tais instituições pretendem estabelecer objetivos comuns entre os Estados, considerando tanto as pressões nacionais como internacionais que estes sofrem, e estabelecer normas e estruturas no seio das quais acordos entre países podem ser concretizados (MARIANO, 1999, p.4).

Para a autora, essa integração organizada pelos governos não permaneceria somente subordinada a eles, tendo em vista que passaria a adquirir novas características a partir do momento em que fosse criada, além da influência das transformações no sistema internacional (MARIANO, 1999, p.44).

²⁵ Exemplos de atores não-governamentais são as ONGs.

²⁶ O contexto em que a autora se referia era o pós-Guerra Fria. O Texto é do ano de 1999.

A integração pode ainda ser definida como uma junção de partes independentes, que por sua vez possuem interesses e, em alguns momentos, ações em comum. Essa junção possibilita uma interdependência a partir do momento em que as partes colocam em prática suas relações. Isso pode ser visualizado nas relações internacionais, tendo como exemplos não somente as regiões, mas também organizações internacionais e o Estados.

No âmbito de integração regional, as partes independentes são persuadidas a serem leais, no sentido de facilitar o alcance dos objetivos semelhantes. Ou seja, ocorre uma busca por vantagens para cada uma das partes, mas atuando, esses atores, de forma conjunta. É preciso, desse modo, que essa organização regional seja dotada de relações densas entre os membros, principalmente porque um dos maiores objetivos da integração, segundo Ramos (2005) é criar um ambiente pacífico para que outros objetivos sejam atingidos mais facilmente, isto é, para que se obtenha maiores vantagens do que desvantagens a partir das interações entre os membros da integração (RAMOS, 2005, p.329).

Para Malamud (2011) a partir do momento em que os Estados não conseguem garantir seus interesses individualmente passam a tentar fazê-lo em conjunto com os outros Estados vizinhos (MALAMUD, 2011, p.219), e por isso decidem se integrar. Semelhante a esta compreensão, para Hurrel (1995 apud MALAMUD, 2011) a integração regional promove a convergência entre os Estados-Membros, mas não tornando estes atores idênticos. A convergência, para o autor, “pode ocorrer intencionalmente, através de políticas de harmonização jurídica e regulamentar ou espontaneamente pela adaptação unilateral” (HURREL, 1995 apud MALAMUD, 2011, p.225). Percebe-se então que para esse autor o processo de integração traria mais vantagens para os membros quando esses estiverem mais dispostos a interagir de forma mais harmônica, tomando conhecimento dos seus próprios interesses, mas também tomando as decisões sempre de acordo com os outros membros do grupo. Esse seria um dos principais meios para a integração alcançar êxito: a convergência. Ainda, de acordo com Podestà (1997 apud MARIANO, 1999) a integração regional é um canal apenas para se alcançar melhores condições de vida para uma sociedade em um período razoável de tempo. A medida em que a integração se aprofunda, mais aumenta a necessidade por parte dos seus membros em interagirem e cooperarem (PODESTÀ, 1997 apud MARIANO, 1999, p. 34). Para esse autor, as vantagens da integração se sobressairiam.

Em relação às dinâmicas da integração, Mariano (1999) argumenta que é importante considerar três níveis no processo de transformação de uma integração regional, isto é, cada recurso pode ser alcançado em diferentes estágios, quais sejam: o econômico, político e social (MARIANO, 1999, p. 39). No entanto,

Outro aspecto importante sobre o nível de integração é que ele pode ser avaliado de forma desmembrada em várias características particulares, é necessário atribuir a importância relativa de cada indicador. A principal questão no estudo das Relações Internacionais e de integração regional é sua relevância para o comportamento dos atores (COUTINHO; HOFFMANN; KFURI, 2007, p.8).

Conforme o processo avançasse, os Estados parte da integração seriam afetados com maior ou menor intensidade por essa “evolução” segundo o grau de envolvimento que possuiriam no processo (MARIANO, 1999, p.42). Para Mariano (1999),

os processos de integração por mais “controlados” que sejam pelos governos, alteram ou introduzem mudanças nas sociedades envolvidas, acabando por gerar modificações profundas nas mesmas, inclusive em aspectos culturais e

sociológicos, que de algum modo irão se refletir no seu futuro. (MARIANO, 1999, p. 42).

Com base no referencial previamente apresentado, pode-se dizer que de fato é crucial compreender os diferentes conceitos, dinâmicas, bem como as possíveis vantagens dos processos de integração. Entretanto, saber a influência de elementos tais como identidades, cultura, meio ambiente, educação nos interesses desses atores, os quais são considerados parte também dos aspectos sociológicos da qual Mariano cita, são fundamentais para melhor visualizar os processos de integração. De acordo com Santos e Fontes (2015), a integração deve ser analisada “em toda sua complexidade”, dando importância a todos os agentes que nela participam, sejam nacionais ou não nacionais, além de outros elementos, como os culturais, políticos e sociais (SANTOS e FONTES, 2015, p.4). Esse tipo de análise não é realizada pelas teorias tradicionais de RI e, para compreender as diferenças entre a visão dessas correntes e do Construtivismo, o item na sequência apresenta um breve descrição sobre as considerações do funcionalismo e do institucionalismo acerca da integração regional.

2.2.1 *O significado da Integração Regional para as teorias mainstream: Funcionalismo e Institucionalismo*

O funcionalismo é considerado pela maioria dos estudiosos da integração regional como a principal corrente para analisar esse objeto de estudo. Suas premissas têm como principal objetivo tentar compreender e, sobretudo, prever as melhores dinâmicas para que os processos de integração regional, especialmente o europeu, funcionem. Para essa corrente, a cooperação é necessária para minar com um contexto de conflitos em uma dada região, e, na tentativa de superar esses conflitos, a melhor alternativa seria a cooperação de um grupo de atores, estes baseando-se em uma estrutura institucional, que por sua vez impulsionaria e manteria uma integração de sucesso (BAYLIS, 2013).

Para a teoria funcionalista, a integração econômica está no cerne da integração regional, porque promove o bem-estar das sociedades que participam desses processos, gerando desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, desenvolvimento social. Neste âmbito, o funcionalismo não considera como central a mudança política nos processos de integração, mas essa mudança seria uma consequência do desenvolvimento econômico e social do grupo. Em suma, o aspecto funcional das instituições da integração, tomando como base a mudança econômica para um melhor patamar, é o ponto central para entender a visão funcionalista dos processos de integração regional (RAMOS, 2005, p.331). Entendendo que havia uma insuficiência nas premissas funcionalistas, Haas, um dos mais conhecidos interlocutores dessa corrente, propôs uma revisão do funcionalismo, que passou a ser conhecida como neofuncionalismo.

O neofuncionalismo introduziu o termo *spillover* que significa o avanço do processo em diferentes níveis, ou seja, um transbordamento de um estágio para outro, que é melhor em termos qualitativos do que o anterior, promovendo resultados funcionais, sendo eles positivos. De acordo com Baylis (2013), a evolução da integração se daria em termos “*spillover*”, isto é, seria um avanço de nível da integração. Para tanto, de acordo com o neofuncionalismo, é necessária a criação de instituições econômicas e políticas para que a integração funcione de forma eficaz. A integração tem como fim, dessa forma, primordialmente a solução de conflitos, promovendo relações mais pacíficas entre os atores de uma região.

Para Haas (1971 apud MALAMUD, 2011), a integração regional diz respeito a um processo pelo qual os Estados se aglutinam com seus vizinhos de maneira que perdem uma parte de sua soberania em prol da solução de problema em conjunto (HAAS, 1971 apud MALAMUD, 2011, p.219-220). Considera-se, assim, quatro etapas como importantes para o

avanço e melhor desenvolvimento desses processos. Isto é, a medida em que uma integração consegue atingir cada uma dessas fases significa que essa mesma integração alcançou êxito. Para Malamud (2011), essas etapas são: zona de livre comércio, que concerne a uma zona territorial em que se estabelece o controle de entrada e saída de mercadorias dos países vizinhos; a segunda etapa é a união aduaneira que diz respeito a uma área de livre comércio em que institui uma tarifa comum da qual os Estados devem pagar, isto é, uma medida política para promover uma organização comercial comum; a terceira etapa é o mercado comum, a qual é uma política comercial comum que promove a livre circulação de bens e serviços; e, por fim, a quarta e última etapa é a união econômica, a qual estabelece uma união econômica e política. Essa última etapa é considerada a mais importante uma vez que, se atingida por um dado processo de integração, representa a união em âmbito econômico e político entre os atores que formam o grupo, o que significa que os laços entre esses atores nesta fase estão mais estreitos e, portanto, promovendo uma integração mais profunda e de sucesso (MALAMUD, 2011). Para Ramos (2005), algumas críticas a teoria funcionalista e neofuncionalista argumentam que sua ênfase em prever o futuro desses processos, especialmente no que diz respeito as etapas da integração, se dá de forma exagerada (RAMOS, 2005).

Por seu turno, o institucionalismo vê nas instituições um modo de se fazer uma integração regional de forma mais eficiente e duradoura e, ainda, tais instituições podem possibilitar a integração como uma organização de caráter supranacional (CELLI JUNIOR, 2006). Para essa teoria, as instituições são intervenientes, sendo assim modificam as identidades e interesses dos membros que formam esses processos, transformando esses interesses para um interesse coletivo (único de todos os membros). Para alguns teóricos da integração regional, como Hurrell (2005), o foco no seu estudo está na ascensão de relações de escopo regional no que diz respeito a integração econômica e formação de instituições comuns (HURRELL, 2005). De acordo com Hurrell,

a proliferação de instituições internacionais e regionais é comumente associada a níveis crescentes de intercâmbio e comunicação transnacionais. As instituições são necessárias para lidar com os dilemas cada vez mais complexos da ação coletiva que surgem à medida que as regiões se tornam cada vez mais integradas e interdependentes. É em torno dessa visão básica que o institucionalismo *mainstream* é construído e desenvolvido. As instituições são vistas como soluções propositadamente geradas para diferentes tipos de problemas de ação coletiva que são criados pela crescente densidade e profundidade de interação e interdependência²⁷ (HURRELL, 2005, p.46).

Para essas teorias, funcionalista e institucionalista, a integração regional é sobretudo uma integração comercial e econômica e se dá em etapas, as quais seriam as principais condutoras das dinâmicas da integração regional para um maior desenvolvimento do grupo. O que essas teorias não conseguem explicar, ou simplesmente descartam, é a possibilidade da ocorrência de desintegrações nos processos de integração regional, ou seja, essas teorias não levam em consideração as transformações da integração para um afastamento dos atores, pois argumentam que esses processos atraem apenas, ou na maioria dos casos, vantagens para os membros da integração. Sendo assim, para tentar compreender as causas e efeitos, e tudo o que

²⁷ Tradução livre do original: “the proliferation of international and regional institutions is commonly associated with increased levels of transnational exchange and communication. Institutions are needed to deal with the ever more complex dilemmas of collective action that emerge as regions become increasingly integrated and interdependent. It is around this basic insight that mainstream institutionalism is constructed and developed. Institutions are viewed as purposively generated solutions to different kinds of collective action problems that are created by increasing density and depth of interaction and interdependence”.

envolve a integração regional mais do que relações comerciais e questões atinentes à economia, o trabalho estudar o Construtivismo como uma melhor visão de análise para tais processos, o que poderá ser melhor visualizado no capítulo seguinte, por essa razão entende-se como necessário realizar reflexões sobre o papel de alguns elementos que constituem a integração regional nos tópicos na sequência antes de adentrar no capítulo seguinte. Deve-se levar em conta os significados de alguns conceitos que foram construídos e modificados no decorrer da história, envolvendo os Estados, seja na sua forma isolada, seja esses atores sendo parte de uma integração regional. Descartar esses elementos é ignorar os efeitos que eles podem causar tanto no processo, quanto nas ações dos diversos atores que o compõem, que são transformadas no decorrer da integração regional.

Sendo assim, o próximo tópico deste capítulo irá tratar de considerações que geram impasses nos estudos de integração regional, como o conceito de soberania e o que a mesma representa para os Estados quando estes são parte de uma integração regional. Ademais, conceitos como cultura e poder são necessários para compreender as identidades e os interesses dos Estados, bem como a influência de tais elementos nas relações desses atores, tendo em vista que o poder e a cultura foram socialmente construídos e passaram a ser mais questionados com o novo contexto internacional dos processos de integração no pós Guerra-Fria. Esses elementos são muitas vezes negligenciados pelas teorias tradicionais que analisam a integração regional.

2.3 Reflexões sobre o papel da soberania, da cultura e do poder nos processos de integração regional

As características que geram as próprias expectativas e significados para os atores, os quais fazem parte de uma dada coletividade social, podem ser distinguidas a partir da passagem de um contexto dessa sociedade para outro, isto é, da passagem do tempo e seus atributos (RUGGIE, 1993, p.139 apud MARIANO, 1999, p.38). Esta reflexão é substancialmente importante, pois introduz a concepção segundo a qual os conceitos e significados são socialmente construídos, e, ainda, consequências das mudanças que as sociedades enfrentam ao longo do tempo. Com isto, Ruggie (1993 apud MARIANO, 1999) chama a atenção para a importância de se entender o contexto em que os fatos ocorrem. Um exemplo é o próprio Estado que, alguns séculos atrás, possuía significado diferente do que o tem no contexto atual (MARIANO, 1999, p. 39). Para alguns teóricos seria mais viável abolir a concepção de Estado-centrismo²⁸ nas análises das relações internacionais porque cada vez mais a interdependência tem gerando uma limitação parcial na autonomia desses atores. O próprio fenômeno da interdependência reconfigurou o sentido de soberania, pois passou a conectar, de certo modo, os interesses, que antes considerados domésticos, passaram a conotar um tipo de unificação entre âmbito interno e externo, ou internacional. Por conseguinte, nos estudos de integração, nota-se a existência de um impasse entre as conclusões dos autores sobre a perda ou não de soberania do Estado membro de uma integração regional com o passar do tempo.

Neste seguimento, pode-se perceber que diversas são as interpretações sobre o conceito e papel da soberania quando um Estado se torna parte de uma integração regional. No entanto,

²⁸ A Nova Teoria Regional (NRT- sigla em inglês) acredita que existe um esforço em transcender o estado-centrismo, e ainda afirma que as regiões não são somente uma agregação de Estados. De acordo com Hettne e Soderbaum (2000), dependendo de como uma região for definida, algumas partes do território podem fazer parte ou não do território. Por exemplo, pode-se argumentar que algumas partes da China, como as zonas costeiras, fazem parte de um processo de regionalização do Leste Asiático, enquanto a China continental não o faz (HETTNE e SODERBAUM, 2000, p.38).

um ponto em comum que estudiosos da integração possuem é o reconhecimento de uma mudança qualitativa nos processos de tomada de decisão no Sistema Internacional (GROOM e TAYLOR, 1994, pp.17-18 apud RAMOS, 2005, p.330), ao longo de seu processo de construção. Logo, seguindo essa interpretação, a integração regional é uma etapa de transição entre a situação do modo *wetsfaliano* de Estado nacional, e outra em construção, que é o próprio processo de integração, o qual ocorre voluntariamente, que para Malamud (2011), seu estágio final é inacabado (MALAMUD, 2011).

A soberania não existe sem que haja o reconhecimento mútuo da existência da mesma, assim como é improvável que haja integração sem que todos os membros concordem para tanto. Para Mariano (1999), a soberania é desencadeada a partir do acordo em reconhecer que a interferência em assuntos internos aos Estados não é possível de ser realizada sem o seu consentimento. Os Estados membros de uma integração regional cooperam ao aceitar que devem limitar sua soberania para poderem atingir resultados que somente são assegurados pela ação dos demais membros (MARIANO, 1999, p.22).

Para Risse (2004), a soberania é norma constitutiva, cuja evolução decorre das próprias interações sociais, as quais são parte das relações dos membros que constituem determinados processos de integração regional. Ou seja, para o autor a soberania não permite prever as ações dos Estados na política internacional. Além disso, a soberania não só regula as interações dos Estados nos assuntos internacionais, mas também define principalmente o que um Estado é. É importante lembrar que as expectativas dos atores (Estados membros de uma dada integração) resultam do processo de interação como um todo, pois são capazes de exercer influência nas interações (WENDT 1999 apud RISSE, 2004), decisões e outras questões que fazem parte de uma integração. Quando integrados, e, principalmente, enxergando-se partes de uma comunidade, os atores devem buscar cumprir o que foi acordado, contribuindo na manutenção e existência dessas normas, como a da soberania, criadas por esses mesmos atores.

Segundo Wendt (1992), o cerne da comunidade²⁹ é o mútuo reconhecimento dos direitos de todos os Estados exercerem suas atividades dentro do limite territorial (WENDT, 1992, p.412). Dado o reconhecimento recíproco de que os Estados possuem direitos para atuarem de acordo com seus interesses, respeitando os limites territoriais uns dos outros, isso já se torna em si um processo de cooperação, que posteriormente poderia facilitar a formação da integração. A explicação dada por Wendt é de que esse reconhecimento capacita e ajuda a dar uma continuidade da própria interação dos Estados (Idem, p.412-413).

Por outro lado, a soberania pode ser entendida não somente como um elemento que representa apenas um espaço territorial independente, mas também como um aspecto político para exercer funções de uma determinada coletividade social (integração). Compreende-se que a mesma pode não estar concentrada em um ator único, isto é, em apenas um país (WENDT, 1992, p.21), já que é uma instituição, assim como a anarquia, criada pelos próprios atores. De acordo com Wendt (1999),

Transferindo esta suposição para a esfera do coletivo, em nível internacional, os Estados poderiam ampliar suas capacidades de solucionar problemas por meio de um processo de internacionalização, levando a uma reorganização do poder estatal e não a uma retração do Estado (WENDT, 1994 apud MARIANO, 1999, p.22).

Sendo assim, a soberania não necessariamente poderia ser aplicada somente à noção estatal, mas também aplicada como um tipo de “assistência” de um determinado grupo, com a

²⁹ Um exemplo de comunidade é a própria integração, a qual é objeto de estudo neste trabalho.

finalidade de assegurar a não intervenção, por exemplo, de outros atores que não fizessem parte desse grupo, o que é justamente o seu sentido.

Ainda que autores como Wendt façam uma relação entre soberania e integração, explicando ambos os conceitos e como se co-constituem, a literatura sobre integração que prevalece é a da crença de um declínio sucessivo do modo *westfaliano*³⁰ de organização política entre os Estados. Acredita-se que as instituições têm cada vez mais se fortalecido e, por conseguinte, os Estados estariam perdendo sua soberania em detrimento do fortalecimento dessas organizações (ZOLO, 2010).

Para Mariano (1999), “os processos de regionalização implicam necessariamente na cessão parcial de soberania por parte dos Estados em favor de instâncias políticas e/ou técnico-funcionais regionais que produzem decisões” (MARIANO, 1999, p.39). Contudo, segundo a autora, essa cessão parcial não conota necessariamente o desmantelamento do Estado-nação como um agente organizador das relações políticas e sociais, mas significa que os agentes desejam se integrar, e para tanto devem renunciar parcialmente dessa condição. Num processo de integração, que pressupõe justamente a existência dessas unidades políticas, os Estados, ao cederem parte de sua soberania, podem inclusive alcançar resultados positivos a partir das decisões feitas nesses processos.

A “união da soberania” é muitas vezes reivindicada por Estados vizinhos, o que significa a própria integração desses atores, “tornando-se partes semi-independentes de uma comunidade política maior”³¹ (HETTNE e SOBERBAUM, 1998, p.4). Nesse sentido, a soberania pode ser entendida como uma identidade que foi socialmente construída, e não como um elemento essencial e próprio do Estado, pois ela se transforma a medida em que as necessidades dos atores também mudam. Inicialmente, a soberania foi concebida com o objetivo dos Estados manterem-se livres de interferências externas. Para Wendt (1992), “a soberania é uma instituição e, portanto, só existe em virtude de certos entendimentos e expectativas intersubjetivas” (WENDT, 1992, p.412). Dessa forma, a soberania pode ser considerada, ainda, como um valor para os atores, do qual passa a ser manipulado de acordo com os interesses desses mesmos atores (Estados). A soberania entendida como valor adquire, assim, importante significado para a sociedade internacional, principalmente no que concerne à segurança dos Estados, por exemplo, tornando-se o respeito ao limite territorial acordado pelos atores como um dos atos cruciais na manutenção desse valor, que é a soberania.

Relacionando soberania e integração, dessa forma, pode-se concluir que a compreensão da sua existência num processo de integração dependerá do ponto de vista de quem estuda sobre o tema em questão. Como processo político internacional, a soberania também muda de acordo com a percepção dos atores internacionais, no caso os Estados, em mantê-la como fundamental na sua organização política. Mas é importante lembrar que, de acordo com a perspectiva construtivista, a soberania não é elemento essencial e natural do Estado. Ela é apenas mais uma das identidades construídas ao longo do tempo pelas nações, e não um aspecto que veio anterior a elas, assim como pode continuar existindo, como um valor necessário, ou não.

Além da soberania ser considerada um valor essencial para os Estados, a cultura também o é porque abarca as identidades desses atores, tornando-se até mais compreensível de identifica-las por meio do aspecto cultural. Existem diversas formas de intensificação da

³⁰ Com o tratado de Vestefália, os Estados passaram a adquirir a chamada soberania, cuja ideia está em torno de que nenhum país pode interferir nos assuntos internos dos outros, ou seja, o próprio Estado é soberano e é quem tem o poder de ditar suas próprias regras.

³¹ Tradução livre do original: “The nation-states today experience a lacking capacity to handle global challenges to national interests, and increasingly respond by ‘pooling sovereignty’. At the same time they give up sovereignty and may ultimately end up as semi-independent parts of a larger political community”.

integração regional, tal como foi feita no Mercosul através da criação da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila) (CARVALHO e GOIANA FILHO, 2011). Para tanto, o aspecto cultural foi de significativa importância, pois teve como objetivo integrar e aumentar um bom relacionamento entre os países membros do Mercosul.

A cultura pode ser um canal de aproximação ou de conflito, dependendo do contexto da região, mas no caso da integração regional ela está quase sempre relacionada à aproximação entre os atores, uma vez que os Estados que possuem de culturas e compreensões semelhantes tendem a se integrar com maior facilidade. O próprio Wendt (1999) reconhece o importante papel que a cultura tem nas interações entre os agentes, que no caso são objetos de estudos em suas análises. A cultura, para o autor, seria um sistema dotado de valores e ideias que caracterizam uma sociedade, por exemplo, sendo eles os principais condutores para a construção das identidades e interesses dos agentes (como atores internacionais). Portanto, o fator cultural seria muito relevante na determinação do comportamento dos Estados e consequentemente nos processos de integração regional (CARVALHO e GOIANA FILHO, 2011, p.3).

Em uma sociedade regional, observar o compartilhamento de uma tradição cultural é importante, principalmente em integrações informais (HETTNE e SODERBAUM, 2000), tal como ocorre no continente asiático com a Asean³². Para Hettne e Soderbaum (2000), é importante lembrar que a cultura não é um processo fixo, mas, justamente como processo, está continuamente em transformação, sendo criada e recriada (HETTNE e SODERBAUM, 2000, p.44) em suas diferentes formas nas diferentes sociedades.

No que diz respeito ao “espírito comunitário” estabelecido pelos agentes que atuam em uma integração, com a contribuição de aspectos culturais da região, “pode ser negativamente afetado pela inclusão oportunista e politicamente motivada de novos membros despreparados” (HETTNE e SODERBAUM, 2000, p.44). Nesses casos, uma região pode atuar sem entender seus verdadeiros problemas e necessidades, o que pode dificultar o processo de integração regional (Idem). Dessa forma, um exemplo de constituição de espírito comunitário, em uma região, na tentativa de impedir que outros atores não interfiram em uma integração regional, é a formação de opinião e identidade. Esse tipo de integração foi feito pelo Uruguai, Argentina, Venezuela e Cuba com a criação da rede de televisão “Telesur”, com a proposta de criar uma identidade latino-americana e minar com as exageradas influências culturais norte-americanas (SANTOS e FONTES, 2015).

O elemento cultural pode ajudar na manutenção de poder de um dado ator, por isso esse elemento é outro importante recurso para se pensar as relações dos atores em uma integração, uma vez que cada ator possui identidades e capacidades desiguais.

O poder possui uma série de conotações, uma vez que dependendo da visão de cada abordagem, e, além disso, sua definição e significado é parte de uma construção social (GUZZINI, 2005, p.513), assim, pode denotar poder econômico, militar, coercitivo e um poder que promova controle dos modos de organização política nas sociedades, ou seja, aquele poder que possibilite ou facilite a influência em decisões da política internacional, por exemplo. Por essa razão, segundo Guzzini (2005), o poder é carregado de valores, uma vez que ele é desenvolvido principalmente por ideias e percepções dos atores e dos seus contextos culturais. Para o autor, esse recurso muitas vezes possui a função de “politizar” as coisas. O poder é visto pelos atores, portanto, como um recurso necessário para que os mesmos possam alcançar com mais facilidade os seus interesses, por isso, nessa ótica, é considerado um tipo de elemento político construído para que os objetivos desses atores se concretizem (GUZZINI, 2005). Um exemplo quando um ator é declarado poderoso economicamente e militarmente, como os

³² Esse tipo de integração é considerado informal porque não é considerada uma integração profunda, ou seja, não é totalmente institucionalizada.

Estados Unidos, concede, assim, a esse ator uma posição de liderança no sistema internacional (Idem).

De acordo com Adler (1999),

O poder significa não apenas um recurso necessário para impor uma visão própria aos outros, como também a autoridade para determinar os significados compartilhados que constituem as identidades, os interesses e as práticas dos Estados, assim como as condições que conferem, concedem ou negam acesso a bens e benefícios (ADLER, 1999, p.224).

Esse recurso, para Adler, determina o que legítimo e ilegítimo na política internacional (ADLER, 1999). Por exemplo, quando se pensa nos estudos sobre integração regional, grande parte das análises se concentram na União Europeia, o que acaba gerando uma negligência por parte dessas análises para com outras regiões do mundo, questão que será melhor discutida no próximo capítulo.

Para Fonseca Jr. (1994, p. 74 apud MARIANO, 1999, p.2) os processos de integração regional são instrumentos para formação de poder econômico no mundo, uma vez que o cerne desses processos, especialmente para as teorias tradicionais, era o crescimento econômico e o acúmulo de riqueza. Contudo, é necessária uma maior atenção com a harmonização dos interesses dos Estados que desejam se integrar, uma vez que esse interesse reproduz a adesão de diferentes sociedades-Estados no processo de integração. A atenção para esses interesses representa relevância para entender o que mantém a continuidade do processo de integração (MARIANO, 1999, p.30).

A própria “harmonização” dos membros que formam um grupo, seja de escopo regional ou não, é um mecanismo de auxílio para que o poder coercitivo exista e seja mantido. Isso pode ser visualizado por meio da linguagem dos atores, e nos seus atos de comunicação, pois “o poder discursivo é tão necessário para entender os envolvimento no mundo político” (BARBOSA, 2010). O poder, ao contrário do que muito se pensa, reside mais na comunicação do que na própria ação. No entanto, esse poder que reside na comunicação confere motivos para uma ação, o que provoca na percepção dos atores suas identidades e interesses tidos como naturais. Ele é considerado um recurso que torna as questões da sociedade mais práticas (GUZZINI, 2005, p.505), ou seja, é visto como um recurso que “facilita” a organização dessa sociedade, e portanto é tratado, assim como a soberania, como um valor essencial. No processo de interação, entre os membros de uma integração regional, uma vez o poder influenciando nas suas identidades e interesses, consequentemente as decisões desses membros podem sofrer influências.

Além de exercer função comunicativa como recurso de interação entre os atores, o poder tem uma função discursiva na política, porque tende a politizar questões, passando estas a serem consideradas como partes da realidade social, e, ainda, necessárias para a organização dessa mesma sociedade (GUZZINI, 2005, p.497). De acordo com Guzzini (2005), não somente relacionar o poder apenas ao contexto político de uma sociedade, mas também é necessário relacioná-lo ao contexto histórico (GUNZZINI, 2005) para entender as causas e os efeitos provocados por esse recurso, e até mesmo o grau desses efeitos nos atores, uma vez que o poder impõe princípios, valores e a construção da realidade como ela é conhecida (Idem, p.520).

As ideias têm função importante nesse papel do poder na construção da realidade, tendo em vista que os interesses dos atores são constituídos por ideias, de acordo com Wendt (WENDT, 1999, apud CARDOZO, 2010, p.5). Outro aliado importante ao exercício do poder é o conhecimento. Para Cardozo (2010) o conhecimento é necessário para tornar as coisas mais práticas, por isso quem detém de poder, como um valor essencial, tende a acreditar que possui

uma maior facilidade em atingir o seu interesse. Assim, o poder está conectado tanto com os interesses quanto com os resultados (CARDOZO, 2010, p.4).

Para melhor visualizar o comportamento dos Estados, levando em conta suas identidades e interesses, e ainda as relações intersubjetivas entre eles, é necessário buscar compreender as mudanças ocorridas nos processos de integração regional. Para tanto, o conhecimento coletivo é uma das ferramentas que ajudam a entender esses processos como construções sociais. O tópico seguinte abordará a análise dessas mudanças da coletividade regional e do compartilhamento das identidades e atores em uma integração nesse âmbito.

2.4 Transformações na integração regional

As perspectivas teóricas interpretam as dinâmicas dos processos de integração regional por meio de distintos métodos de estudo, ou diferentes “lentes de análises”. Algumas dessas perspectivas são o funcionalismo, neo-funcionalismo e o construtivismo. Neste trabalho acredita-se que a melhor contribuição para as análises da integração regional vem da perspectiva construtivista, que considera aspectos intersubjetivos, como identidades e interesses.

Apesar de reconhecer a importância do construtivismo para analisar os processos de integração, Mariano (1999) acredita que buscar compreender e relacionar diferentes perspectivas sobre o objeto em estudo é uma boa forma de entender toda a complexidade da integração regional. A autora ressalta que

o compartilhamento de noções e pressupostos entre diferentes correntes teóricas é explicado pela inadequabilidade de uma só perspectiva para dar conta da totalidade de um fenômeno de integração, cujas múltiplas facetas exigem a elaboração e adequação do instrumental de análise. Acrescente-se a isso o fato dos processos de integração serem fenômenos dinâmicos, envolvendo sociedades em constante movimento e, portanto, exigindo dos analistas um acompanhamento dessas mudanças, assim como uma adaptação de seu receituário explicativo, o que muitas vezes ocorre por meio do uso de conceitos elaborados por outras teorias (MARIANO, 1999, pp.3-4).

Para a explicação desses processos, muitas vezes as conclusões dessas diferentes abordagens teóricas não convergem entre si, as principais diferenças estão nos enfoques dados ao fenômeno da integração (MARIANO, 1999, p.3), no entanto podem compartilhar de alguns preceitos semelhantes. Do mesmo modo, para Wallace (1990 apud RAMOS, 2005), as diferenças entre as teorias de integração dependem dos métodos utilizados para analisá-la. O principal objetivo de ambos os autores é então considerar todas as contribuições teóricas como importantes contribuições, embora no presente trabalho acredita-se que a melhor forma de análise do objeto de estudo seja por meio da perspectiva construtivista.

Para abordagem construtivista, a integração regional tem como foco a análise da forma como as regiões foram socialmente construídas e consolidadas. Para Bjorn Hettne e Fredrik Soderbaum (2000), as regiões são construções sociais, e o próprio ato de estudar e falar sobre regionalização também contribui para essa construção social (HETTNE e SODERBAUM, 2000, p.36). De acordo com esses autores, a regionalização deve ser vista como um processo em construção, uma vez que são projetos políticos e sociais, concebidos por atores humanos para proteger ou transformar as estruturas existentes. Para esses autores, “não existem regiões “naturais” ou “dadas”, pois estas são criadas e recriadas no processo de transformação constante

do mundo (HETTNE e SODERBAUM, 2000, p.39). Hettne e Soderbaum ainda acreditam que “uma vez que uma região pode ser construída, ela também pode ser desconstruída, ideacional e materialmente (ADLER e BARNETT, 1998, p.58). A integração e desintegração andam de mãos dadas (embora em níveis diferentes)” (HETTNE e SODERBAUM, 2000, p.38)³³. A realidade de uma região que inclui um processo de integração regional não é, dessa forma, uma realidade pré-existente, pois primeiro para que uma integração ocorra existe a necessidade de promover diálogos e acordos entre os atores-membros. Antes de se chegar a esses acordos, os atores que fazem parte do processo já compartilham de experiências, e, assim, por meio dessas experiências é possível que se alcance uma identidade regional.

Portanto, a identidade regional pode ser transformada constantemente, e o compartilhamento das experiências entre os atores que fazem parte do processo de integração regional contribui para o surgimento de uma nova identidade. Se essa identidade é uma representação da interação partilhada entre os atores, por meio de percepções mais cooperativas, então a integração tende a se aprofundar. No entanto, pode ocorrer o contrário. Uma identidade pode não ser uma mesma representação de todos os membros, podendo gerar, dessa forma, um atrito nas relações desses atores.

Em muitos dos casos, a própria existência de uma integração regional pode representar uma ideia de identidade coletiva. Isso não impede que a identidade de cada membro permaneça, ou se modifique, conforme suas percepções, uma vez que para os construtivistas a realidade não é estática e sim construída através da interação social.

Para o construtivismo, a realidade é socialmente construída, por meio do compartilhamento de ideias entre os atores, levando em conta suas identidades e seus interesses, os quais são influenciados mutuamente. Segundo Mariano (1999),

a integração entra nesse círculo de realimentação automática, criam-se vínculos mais sólidos, havendo um aumento de interdependência e de necessidade de cooperação. Identificamos nesse aspecto um dos principais estímulos para o sucesso e a continuidade da integração (MARIANO, 1999, p. 19).

O conhecimento coletivo dos Estados é desencadeado a partir das experiências compartilhadas na integração regional. As identidades e as cognições dos atores não são separadas umas das outras, nas suas relações. Tais identidades e cognições são mutuamente constitutivas, o que possibilita a percepção de uma identidade coletiva construída. As identidades e os interesses dos atores não são exógenos a eles, mas são “mutualmente constitutivos”, o que será melhor analisado no próximo capítulo.

Portanto, uma integração não é possível de acontecer sem que haja inicialmente alguns interesses compartilhados (SMITH, 1997, p.185 apud HETTNE e SODERBAUM, 2000, P36-37). Uma vez a integração passando a se institucionalizar, concomitantemente ocorre um processo de internalização de novas identidades e interesses, pois esse é um processo além de comportamental, cognitivo (WENDT, 1999). Nessa visão, a institucionalização é um processo internalizado que gera novas identidades e interesses, não é algo que ocorre “fora” do processo, mas algo que afeta unicamente o comportamento desses atores. É importante lembrar que as instituições formadas pelos processos de integração podem ser tanto cooperativas quanto conflituosas (WENDT, 1999, p.399).

³³ Tradução livre do original: “Since a region can be constructed it can also be deconstructed, ideationally as well as materially (Adler and Barnett, 1998b: 58). Integration and disintegration go hand in hand (albeit at different levels), and at each stage there is the possibility of spill-back”.

Ao estudar integração regional deve-se ter em mente que suas teorias não podem ficar afastadas dos grandes debates da disciplina de Relações Internacionais. Portanto o próximo capítulo se iniciará com uma breve introdução acerca desses debates a fim de entender a adesão do Construtivismo como abordagem das RI. Além disso, o capítulo seguinte também trará da visão construtivista sobre os processos de integração regional, e quais os elementos importantes que fazem parte deles, tais como o aprendizado social. Os aspectos como identidades e interesses dos agentes, que no caso são os Estados, são de suma importância para o estudo dos processos de integração regional, principalmente para o viés construtivista. Checkel (1999) defende que “a construção social pode ajudar os alunos da integração a teorizar e empiricamente explorar questões de interesses e identidades que são negligenciados³⁴” (CHECKEL, 1999, p.546). Dessa forma, é possível entender questões, que antes eram negligenciadas, tais como os aspectos sociais de acordo com o autor, os quais podem ter grande peso nas interações dos atores nesses processos.

³⁴ Tradução livre do original: “[...]social construction, a growing literature in contemporary international relations (IR), can help students of integration to theorize and explore empirically these neglected questions of interest and identity”.

3 INTEGRAÇÃO REGIONAL: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

As transformações que ocorrem nas sociedades, também chamadas de transformações sociais coletivas, se tornam mais perceptíveis com a passagem de um dado período da história para outro. As Relações Internacionais têm muito a contribuir no entendimento dessas transformações, porque, ao analisar as modificações na sociedade, compreende-se que cada contexto histórico é caracterizado por ocorrências políticas e sociais particulares entre os diferentes atores que desenvolvem relações sociais em coletividade (RUGGIE, 1993, p.139). Além disso, essas mesmas relações que são construídas com o passar do tempo ajudam na compreensão de eventos da realidade presente.

Para White, “o mundo é fluido e pode ser feito” (WHITE, apud RUGGIE, 1993), por isso, vive em constante modificação. As mudanças do “sistema moderno de Estados” são exemplos dessas transformações na política internacional. Esse sistema adquiriu novas personalidades no pós-Guerra Fria de tal forma que não era mais possível ter clareza em distinguir, por exemplo, tanto entre o que seria supranacional³⁵ e nacional, quanto quais seriam, a partir de então, as novas dificuldades que os Estados passariam a enfrentar diante de uma nova realidade (RUGGIE, 1993, p.140).

É necessário lembrar que o mundo quase nunca é simples de entender, devido a sua enorme complexidade. Mas para alguns autores, como Smith (2013), o mundo é sobretudo social, pois “é aquele em que os indivíduos existem dentro de poderosas estruturas econômicas, políticas, sociais, de gênero, raciais, linguísticas e morais³⁶” (SMITH, 2013, p.3). Sendo assim, o autor ressalta a necessidade de haver uma consciência, partindo de questionamentos tais como o porquê de as pessoas agirem de determinada maneira. Ao observar os indivíduos nessa estrutura social, torna-se possível explicar suas ações, e para explicá-las, Smith acredita que a teoria sempre estará no domínio dessas análises (idem).

As teorias que analisam as guerras e uso da força tiveram destaque por muito tempo nas Relações Internacionais (RI). O modo como se interpretava o cenário internacional, especialmente no que diz respeito às grandes potências e às chamadas guerras preventivas e/ou intervenções humanitárias, necessitava de uma análise mais crítica. De acordo com Smith (2013), somente as causas das guerras não são mais as únicas questões nas discussões sobre relações internacionais, pois cada vez mais outras discussões vêm sendo realizadas, tais como a questão de repensar as instituições e como elas atuam nas preferências daqueles que detêm poder no Sistema Internacional, (SMITH, 2013, pp.1-2) dentre tantos outros temas importantes. Para o autor, deve-se sempre existir uma preocupação ao lidar com teorias, questionando-a para não tornar tudo o que ela afirma como uma verdade natural.

Para compreender as mudanças ocorridas no curso da história da política internacional, incluindo, naturalmente, os processos de integração regional, este trabalho adota a perspectiva Construtivista das Relações Internacionais. Optou-se por esta abordagem dado que seus pressupostos dizem respeito a constante transformação do mundo e acreditam que as identidades e os interesses dos agentes são endógenos ao processo de interação entre os mesmos. Além disso, o construtivismo fornece explicações mais apropriadas sobre a complexidade das relações intersubjetivas entre os diferentes atores que compõem o Sistema

³⁵ A supranacionalidade refere-se a capacidade de tomada de decisões que supere o poder do Estado, isto é, o Estado abdica de sua soberania em detrimento de uma coletividade. Portanto a supranacionalidade se oporia ao nacionalismo, que por sua vez possui como um dos objetivos principais a preservação da soberania do Estado (KERBER, 2000).

³⁶ Tradução livre do original: “The social world is one in which individuals exist within powerful economic, political, social, gendered, racial, linguistic, and moral structures”.

Internacional, pois esta abordagem “pode fazer mais, e não menos, que outras abordagens científicas na explicação das relações internacionais, porque evoca uma variedade de métodos interpretativos, tal como narrativas e histórias descritas” (ADLER, 1999, p.222).

Utilizar outros meios de analisar a política internacional, em vez das teorias tradicionais ou racionalistas, não significa desmerecer a importância que elas possuem para compreender o mundo, no entanto é importante saber que elas não são suficientes para tanto. Existem outras abordagens que esclarecem melhor as mais variadas questões sobre as relações internacionais (SMITH, 2013, p.6). Para Smith (2013), com a propagação de diferentes teorias, o campo de estudo de RI tornou-se “mais saudável”, pois abriu um espaço para mais debates. Todas as teorias possuem uma visão particular do mundo (SMITH, 2013, p.9), e o Construtivismo é uma delas. No entanto, antes de adentrar propriamente nas contribuições dessa lente de estudo para pensar os processos de integração regional, far-se-á uma breve apresentação da introdução desta perspectiva em Relações Internacionais diante do contexto histórico em tela.

Depois das Primeira e Segunda Guerras Mundiais os estudos sobre política internacional buscavam entender quais eram as causas e os impactos das guerras, o que exerceu influência na criação de agendas que abordassem, nesse contexto, questões mais especificamente relacionadas a guerra e paz (SMITH, 2013, p.1). Para Smith (2013), a emergência e a evolução da disciplina de Relações Internacionais estão relacionadas principalmente ao pós-Primeira Guerra Mundial. As discussões e análises de RI passaram a ser conhecidas como “debates”. De acordo com Smith (2013), as RI foram se delineando através dos “grandes debates”, pois o núcleo intelectual da disciplina é baseado nos mesmos, construindo a estrutura desse campo de estudo. Os debates não são fatos, em vez disso são uma base teórica em que os estudiosos sobre política internacional se fundamentam para entender e explicar seu objeto de estudo (SMITH, 2013).

Ficou conhecido como “primeiro grande debate” os diferentes posicionamentos de teorias que possuem interpretações opostas, justamente no contexto pós-Primeira Guerra Mundial: de um lado, a perspectiva idealista, também conhecida como utópica, acreditava nas instituições e no direito internacional; e por outro lado, uma resposta à perspectiva anterior, conhecida como realista, que por sua vez estaria mais preocupada com a segurança e com o poder do Estado (BARBOSA, 2010). Segundo a visão realista, a situação de anarquia, que passou a ser um dos principais objetos debatidos no primeiro grande debate, conduziria os Estados ao conflito, o que mais tarde faria com que a visão realista ganhasse maior credibilidade nos estudos de relações internacionais, uma vez que a emergência da Segunda Guerra Mundial contribuiu com a prescrição realista de que o sistema anárquico leva, de fato, a guerra entre os Estados (Idem).

A deflagração da Segunda Guerra Mundial além de possibilitar com que o realismo mantivesse visto como a “melhor” premissa das RI, também desencadeou outras discussões sobre a conjuntura internacional que ficou conhecido “segundo grande debate” entre o realismo e behaviorismo/cientificismo, que tinha como fundamento estudar as relações internacionais cientificamente. Para os realistas, as relações internacionais não podiam ser estudadas cientificamente e sim historicamente, portanto o realismo foi visto, mais uma vez, como teoria tradicional como central nos debates. Posteriormente, uma revisão do realismo e liberalismo clássico foi feita originando o que se conheceu como “debate neo-neo” ou terceiro debate entre o neorealismo e neoliberalismo. Essas teorias afirmavam que uma análise científica da política internacional não era viável, tendo em vista a necessidade de se observar os fenômenos históricos e políticos do mundo que formavam as relações internacionais (BARBOSA, 2010).

Em seguida, no contexto de Guerra Fria, período pelo qual novos assuntos passam a obter espaço nos estudos da política internacional além da questão de segurança³⁷, como o

³⁷Essa questão era considerada, até então, a principal preocupação nas relações políticas.

processo de descolonização, surgiram não só novos Estados independentes e lentamente observava-se uma mudança de cenário na política internacional. Percebe-se que cada acontecimento nas relações sociais/internacionais é provindo de acontecimentos anteriores, consequências ou reações de fatos de diferentes realidades. Ainda nesse cenário, mais especificamente durante as décadas de 1980-90 segundo Smith, era comum falar em um “debate paradigmático” entre três teorias: realismo, liberalismo e marxismo. Esse debate pode ser visto como um jogo de níveis, de acordo com o autor, no qual era caracterizado por uma “disputa” entre essas três abordagens.

Ainda no contexto de Guerra Fria, o realismo tinha posição privilegiada como teoria na disciplina de RI, com o intuito de explicar o sistema bipolar, enquanto o liberalismo e o marxismo ficavam a cargo de explicar “questões secundárias”, as quais dizem respeito às instituições e comércio (liberalismo), e ao poder econômico e desigualdades sociais (marxismo). Foi atribuída prioridade às questões militares e, portanto, o realismo adquiriu com isso mais privilégio por parte do campo de estudo de política internacional. Assim, é importante observar o poder que essa visão do mundo adquiriu nas RI, gerando uma noção de que essa explicação seria a mais útil. A crítica à esse modo de pensar as relações internacionais como apenas guerra procura demonstrar que essa interpretação acabou se tornando senso comum nessa área, adquirindo domínio (SMITH, 2013, p.4) sendo que, ao mesmo tempo, existe uma diversidade de questões que precisam ser observadas e discutidas, além das questões militares.

Dessa forma, devido a emergência de novas teorias o realismo passou a ser repensado, uma vez que outras perspectivas teóricas no estudo das RI passaram a ser consideradas importantes para as análises de política internacional, como a teoria crítica, pós-modernismo e pós colonialismo. O domínio das teorias tradicionais, isto é, seu privilégio por parte dos estudos nessa área gerou uma insatisfação no meio acadêmico, que por sua vez desencadeou um debate entre “racionalistas” e “reflexivistas”, ou positivistas e pós positivistas³⁸, respectivamente. Esse debate também ficou conhecido como “quarto grande debate” em RI, que, segundo Smith (2013), diz respeito a “aquele sobre como sabemos o que pretendemos saber³⁹” (SMITH, 2013, p.5). As diferenças entre os racionalistas e reflexivistas dizem respeito as questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas⁴⁰ (Idem). Esse debate, de acordo com Adler (1999), passou a ter influência das premissas construtivistas (ADLER, 1999, p.202). Alguns acadêmicos passaram a considerar uma outra opção como alternativa ao positivismo e ao pós-positivismo, considerando o Construtivismo uma melhor contribuição para explicar diversas temas em RI, porque lida com as ideias, identidades e discurso (WALT, 1998, p.32 apud SMITH, 2013, p.6), as quais são importantes reflexões para esses estudos. É importante ressaltar que o Construtivismo prefere a ontologia social e a epistemologia a metodologia, tendo em vista seu importante papel na busca de entender as relações internacionais (ADLER, 1999, p.202). O Construtivismo utiliza a ontologia social como chave para se colocar entre o positivismo e o pós-positivismo, por isso essa perspectiva é considerada um “meio termo”, isto é, acredita que não só o campo material, e não só o campo das ideias, cada um isolados, são importantes, mas

³⁸ Os positivistas, conhecidos como racionalistas, referem-se às teorias tradicionais (*mainstream*), as quais acreditam que os fatos e características do sistema internacional são objetivos. Já os pós-positivistas referem-se àqueles que são ligados às teorias críticas de Relações Internacionais, essas creem que a realidade é socialmente construída (BRAGA, 2013).

³⁹ Tradução livre do original: “That is to say that the fourth debate is one about how we know what we claim to know”.

⁴⁰ De acordo com Kurki e Wight (2013) qualquer colocação teórica depende das disposições sobre “ontologia (teoria do ser: de que é feito o mundo? que objetos estudamos?)”, da Epistemologia “(teoria do conhecimento: como chegamos a ter conhecimento Do mundo?)”, e, por fim, da metodologia “(teoria dos métodos: que métodos usamos para desenterrar dados e evidências?” (KURKI e WIGHT, 2013, p.15).

sim ambas as partes devem ser consideradas como indispensáveis para as análises dos objetos de estudo.

De acordo com Wendt (1992), no meio acadêmico, nas décadas de 1980-90, começou a surgir uma discussão acerca de um processo aprendizagem (WENDT, 1992, p.391). Para o autor, o fato é que as teorias sociais, as quais procuram explicar esse processo de aprendizagem, bem como as identidades⁴¹ e os interesses dos atores, existem, porém tinham sido negligenciadas por muito tempo pelos estudantes de RI. Assim como Wendt, para Adler (1999), já nas décadas de 1980-90 a literatura de Relações Internacionais já estava se dedicando gradativamente e de forma significativa sobre o papel das ideias na política internacional (ADLER, 1999, p.201). É a partir de então a perspectiva construtivista é reconhecida como uma importante contribuição para o estudo da política internacional. Tal abordagem considera a interação social e as relações intersubjetivas⁴² como elementos essenciais para entender o comportamento dos agentes. Além disso, para Adler (1999), é necessário lembrar que “o centro do debate sobre o Construtivismo é sobre a própria natureza da ciência social e, portanto, da disciplina de RI” (Idem, p.202), para o autor as relações internacionais são, em primeiro lugar, fatos sociais, pois são caracterizadas apenas por acordos feitos entre os humanos (ADLER, 1999, p.206).

3.1 A abordagem construtivista nas Relações Internacionais

Importantes características da política internacional podem ser compreendidas através das interações entres os diversos atores que a constituem. Essas interações, também chamadas pelos construtivistas de relações intersubjetivas, possuem a capacidade de modificar as identidades bem como os interesses desses atores, que por sua vez moldam características do mundo que se conhece. Dessa forma, esse mundo “não é pré-determinado, mas sim uma construção social”, no qual as estruturas sociais não existem de forma independente, pois são modificadas pelas preferências, práticas e interesses dos agentes. Logo, a principal premissa do Construtivismo diz respeito a sucessiva construção do mundo, uma vez que é transformado constantemente por essas ações (NOGUEIRA C., 2011, p.6). É importante ressaltar que o Construtivismo nas Relações Internacionais possui várias ramificações. Checkel (2006) afirma que há pelo menos três tipos de Construtivismo: o convencional, o interpretativista e o crítico/radical⁴³. O texto não irá se aprofundar nas particularidades e diferentes versões do

⁴¹ Para Carolina Nogueira (2011), as identidades são necessárias para tornar o mundo e os acontecimentos mais previsíveis, pois “um mundo sem identidades é um mundo caótico, um mundo de incertezas” (NOGUEIRA C., 2011, p.9). Sendo assim, indispensáveis nas análises da abordagem construtivista.

⁴² A intersubjetividade é mais do que um agregado de crenças que os indivíduos compartilham em conjunto, pois “há um reconhecimento coletivo no qual todos desempenham um prática social” (COHEN, 1987, p.287 apud ADLER, 1999, p.212).

⁴³ O Construtivismo convencional, de acordo com Checkel, tem focado no estudo das instituições; o chamado interpretativista explora o papel da linguagem e a construção da realidade social; já o Construtivismo crítico, ou radical, embora também possua foco na linguagem, acrescenta o poder e a dominação nas análises (CHECKEL, 2006, p.5-6). Hopf (1998) entende que as duas principais ramificações do Construtivismo são o convencional e o crítico. Para o autor, ambos são interpretativistas, mas Hopf relaciona a característica do interpretativismo especialmente à primeira ramificação. De acordo com esse autor, o Construtivismo convencional apresenta uma alternativa as teorias *mainstream* das RI, o que inclui uma “reconceitualização” sobre alguns conceitos tais como o dilema de segurança e a teoria da paz democrática e, além disso, acredita-se nessa ramificação que a anarquia é um tipo de “comunidade imaginada”, que foi constituída pelos atores. Já o Construtivismo crítico, para Hopf, é mais propenso a notar algumas formas de alienação, e de identificar a origem das identidades dos atores. Além disso, o Construtivismo crítico possui uma série de posições a respeito, por exemplo, da co-constituição entre atores e estrutura, e da anarquia como sendo uma construção social (HOPF, 1998).

Construtivismo, uma vez que focará nos autores que analisam o processo de integração por meio dessa abordagem. Mas antes de iniciar a discussão sobre a visão construtivista sobre o processo de integração, é necessário apresentar, ainda que sucintamente, as principais características dessa abordagem de uma forma mais geral.

O Construtivismo é muitas vezes considerado mais do que uma teoria (metateoria) (RISSE, 2004, pp. 159-160), pois reconhece que determinado objeto pode ser visto sob várias lentes, inclusive considerando as relações intersubjetivas dos atores. Para Adler, o objetivo principal do Construtivismo é fornecer explicações tanto teóricas quanto empíricas sobre as instituições sociais e sobre a mudança social (ADLER, 1999, p.210). Nas instituições mais duradouras, o alicerce das mesmas está na intersubjetividade coletiva e, conseqüentemente, nas interpretações que se desencadeiam a partir dessas relações intersubjetivas (Idem, p. 206).

Para os teóricos de RI, o Construtivismo é também definido como uma abordagem “meio termo”. Isto se explica pelo fato dessa abordagem considerar não somente o campo das ideias, mas também o campo material para analisar o comportamento dos atores bem como as instituições que foram construídas por eles. Isto é, o Construtivismo se distingue dos positivistas, ou racionalistas, porque estes consideram apenas os aspectos materiais como importantes nos processos analíticos de um objeto, pois acreditam que o comportamento do Sistema Internacional, por exemplo, é movido apenas por forças físicas externas (ADLER, 1999, p.205). Para Braga (2013), essas teorias positivistas são limitadas, porque possuem uma “visão de que apenas o que é observável faz parte do mundo social” (BRAGA, 2013, p.62). O Construtivismo também se distingue das perspectivas pós-positivistas, porque estas, além de reivindicarem a negação ao positivismo, acreditam que a realidade é em grande parte subjetiva.

Em suma, o Construtivismo é encarado como o meio termo porque se preocupa em compreender como os mundos material e subjetivo estão relacionados com o papel de formar a realidade do mundo social (NOGUEIRA C., 2011, p.7). Portanto, a principal diferença dessa abordagem com os positivistas e pós-positivistas reside no caráter do Construtivismo em assumir os fatos sociais como principais constituidores das relações internacionais e, mais do que isso, seus pressupostos criam uma ponte entre racionalismo e reflexivismo, porque evitam os extremos de ambos: por um lado na objetividade e, por outro, no relativismo (ADLER, 1999, p.206).

Adler (1999) ampara-se em duas explicações a fim de tornar mais clara a utilização da expressão “abordagem do meio” para identificar o construtivismo: primeiramente, o autor acredita que o Construtivismo faz uma interseção entre ação individual e a estrutura social; ainda, Adler aponta para a noção de intersubjetividade (ADLER, 1999, p.210). Aqui, surge o questionamento sobre qual ator teria o papel de formador da identidade bem como dos interesses: o indivíduo ou a estrutura social? É a partir de então que emerge o conceito de co-constituição nessa abordagem, que está relacionada à própria intersubjetividade. Por meio da interação de ambos, agente e estrutura, se forma tudo aquilo que caracteriza os atores, sejam suas identidades, seus interesses e/ou seus conhecimentos coletivos. Reside aí o processo de co-constituição entre agentes e estruturas. A intersubjetividade diz respeito à própria relação e/ou interação entre atores, por isso esses dois conceitos estão intimamente conectados.

Por conseguinte, de acordo com Wendt (1992), os interlocutores do Construtivismo reivindicam que os atores, que podem ser os indivíduos, agem sobre os objetos a partir do significado e da representação desses objetos para quem o observa. Outro princípio importante para o autor são os significados que surgem da interação (WENDT, 1992, p.403). As representações e/ou percepções, numa co-constituição ou processo intersubjetivo, são grandes impulsionadores da construção da própria realidade (ou dos significados) que é formada pelos agentes.

Para Finnemore e Sikkink (2001 apud BARBOSA, 2010),

na abordagem construtivista de Relações Internacionais: (a) as relações humanas, inclusive as relações internacionais, consistem essencialmente de pensamentos e ideias e não de forças ou condições materiais; (b) as crenças intersubjetivas (ideias, concepções, suposições, etc.) comuns entre as pessoas constituem o elemento ideológico central enfocado pelos construtivistas; (c) essas crenças comuns compõem e expressam os interesses e as identidades das pessoas: como o modo que se concebem as suas relações; (d) os construtivistas ressaltam os meios nos quais essas relações são formadas e expressas (por exemplo, por intermédio de instituições sociais coletivas, como a soberania estatal, “que não apresenta uma realidade material; mas existe apenas porque as pessoas acreditam, em geral, na sua existência, e agem de forma correspondente (2001, p. 392 apud BARBOSA, 2010, n.p).

De acordo com as autoras, o campo das ideias é de suma importância para a construção do mundo, mas isso não significa que a matéria não importa, mas que o mundo, como é conhecido, é construído basicamente pelas ideias, que por sua vez são compartilhadas pelos atores, gerando as relações sociais e tudo que envolve a sociedade. Para Adler (1999) o Construtivismo é definido como “perspectiva segundo a qual o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela, ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas do mundo material” (ADLER, 1999, p.205). Em outras palavras, a co-constituição⁴⁴ é indispensável para a contribuição construtivista sobre a construção dos interesses e das identidades dos atores que participam de qualquer processo. O autor acredita que o mundo material é tão importante quanto o campo das ideias, porque sofre as ações dos agentes e acaba se tornando também um agente, sendo transformado e, ao mesmo tempo, transformando as relações sociais criadas a partir dessa interação.

Ainda que se considere o plano material importante para a formação das interações dos atores, o Construtivismo avalia como necessário dar uma atenção especial para as relações intersubjetivas, as quais são caracterizadas fundamentalmente pelas ideias e interpretações dos agentes, que compartilham desses dois elementos dentre outros. Portanto, para Bjorn Hettne e Fredrik Soderbaum (2000),

Em vez de se concentrar unicamente nos incentivos materiais, os construtivistas enfatizam a importância do conhecimento compartilhado, da aprendizagem, das forças ideacionais e das estruturas normativas e institucionais. Eles afirmam que a compreensão das estruturas intersubjetivas nos permite rastrear as maneiras pelas quais os interesses e identidades mudam ao longo do tempo e novas formas de cooperação e comunidade podem surgir. Representa uma abordagem sociológica da teoria sistêmica, que por sua vez se baseia no fato de que as comunidades políticas não são dadas exogenamente, mas são construídas por interações historicamente contingentes⁴⁵ (HETTNE e SODERBAUM, 2000, p.36).

⁴⁴ A agência e estrutura se co-constituem, ou seja, são mutuamente constitutivas (RAMOS, 2005, p.340).

⁴⁵ Tradução livre do original: “Instead of focusing solely on material incentives, constructivists emphasise the importance of shared knowledge, learning, ideational forces, and normative and institutional structures. They claim that understanding intersubjective structures allows us to trace the ways in which interests and identities change over time and new forms of cooperation and community can emerge. It represents a sociological approach to systemic theory, which in turn is based on the fact that political communities are not exogenously given but constructed by historically contingent interactions”.

As interações entre os agentes constroem a realidade das sociedades e dos fatos políticos, sendo esses, pois, endógenos aos processos de interação. Nesse sentido, é importante ressaltar que os agentes e as estruturas são mutuamente constituídas (RUGGIE, 1998, p. 882). Portanto, o mundo é construído a medida em que os agentes atuam nele, e nada é, então, determinado.

As interações dos agentes vão ao longo do tempo construindo os interesses, bem como as identidades dos mesmos, assim como suas prioridades e escolhas (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p.166) formando novas realidades, modificando os contextos históricos, políticos e sociais.

Por conseguinte, na interpretação construtivista, a realidade não é estática, pelo contrário, ela é socialmente construída por meio de interações sociais, e por sua vez, as identidades dos atores são formadas através dessas interações (RAMOS, 2005, p.339). De acordo com Risse et al (1999), a realidade deve ser questionada através do discurso argumentativo. Esse discurso argumentativo do qual o autor fala pode, quando analisado criticamente, demonstrar alguns interesses que formam parte dos Estados, especialmente durante as suas interações. Os autores afirmam que

Novas ideias, incluindo os princípios, crenças, conhecimentos e novas construções de identidade são os mais propensos a ter impacto sobre a criação de normas, do conhecimento consensual e identidades coletivas, mas eles ressoam como normas dadas, estruturas de conhecimento e identidades tradicionais embutidos nas instituições políticas e entendimentos culturais coletivos⁴⁶ (RISSE et al, 1999, p.156).

As identidades sociais dos atores podem ser uma representação dos seus próprios interesses. Assim, ao serem estabelecidas as normas e entendimentos coletivos, surge a possibilidade dessas normas definirem as 'regras do jogo'⁴⁷ que formam as interações dos Estados (WENDT, 1999 apud RISSE, 2004, p.148). Essas normas são passíveis de mudanças e, a saber, para o autor é indispensável descrever as características dos atores nesses processos sem tomar como referência suas estruturas sociais (RISSE, 2004), tendo em vista que elas são a matriz da realidade.

Para Risse (2004), as identidades prevalecem como predecessoras dos interesses dos agentes, no entanto a abordagem construtivista não reconhece nenhuma precedência determinada que somente ela defina as características dos agentes. Como afirma Adler (1999),

interesses nacionais não são apenas conhecimentos coletivos de um grupo de pessoas, eles devem ser entendidos sobre a intersubjetividade que gera ou promove o poder e riqueza que sobrevivam ao processo político, dada a distribuição de poder e conhecimento em uma sociedade (ADLER, 1999. p. 224-225).

⁴⁶ Tradução livre do original: “new ideas including principles, beliefs, knowledge, and new identity constructions are the more likely to impact upon and be incorporated in norms, consensual knowledge and collective identities, the more they resonate with given norms, knowledge structures and traditional identities embedded in political institutions and collective cultural understandings”.

⁴⁷ Wendt afirma que cada ator aprende a formar expectativas “relativamente estáveis” sobre as ações de outros atores. Esse aprendizado se forma ao longo do tempo por meio do que o autor chama de “jogo recíproco”. Diferentemente das teorias tradicionais, ou melhor, teorias dos jogos, para o Construtivismo as identidades e os interesses dos atores são endógenos à interação, e não exógenos (WENDT, 1992, p.416).

Assim, percebe-se que tanto as identidades quanto os interesses são construídos por meio das relações intersubjetivas entre os atores da mesma forma mútua, sem um anteceder o outro, formando, dessa forma, a realidade e o contexto em que os atores se encontram.

Como já citado, a realidade, como se conhece, é construída por meio das ações dos atores no mundo social. Diante dessa realidade, as ideias desses agentes, quando compartilhadas, formam os entendimentos coletivos, que, por sua vez, podem se tornar práticas sociais institucionalizadas (ADLER, 1999, p.206). Para Carolina Nogueira (2011), é necessário ressaltar que as práticas dos atores, quando institucionalizadas, não os afetam uniformemente, isto é, da mesma forma. Para os construtivistas, a realidade social dos atores, bem como o seu posicionamento sofrem influência da história, dos valores, ideias e conhecimentos que esses atores possuem. Um dos exemplos dados pela autora diz respeito ao capitalismo, pois as ideias desse sistema podem ser as mesmas em diferentes regiões, mas mudam de acordo com a história e tradições do lugar (NOGUEIRA C., 2011, p.7).

Além das ideias, o Construtivismo considera os processos históricos como tendo um papel primordial na transformação das identidades dos agentes. Assim, é fundamental conhecer o contexto de cada acontecimento na sociedade, para entender como ocorre o seu processo de transformação, e ainda para compreender determinada realidade. O mesmo ocorre na política internacional, e um exemplo de que o fator interno tem grande peso tanto quanto o externo na transformação do sistema internacional pode ser analisado pela queda da União Soviética. De acordo com Richard Jones (1999), a visão neorrealista não levou em consideração o colapso que ocorria dentro da própria União Soviética, ou seja, o fim da Guerra Fria não fora simplesmente consequência da interação concentrada do Sistema Internacional (JONES, 1999, p.77).

Portanto, argumenta-se que a abordagem construtivista fornece importantes ferramentas teóricas para se analisar o processo de integração regional. Isto porque o Construtivismo considera variados aspectos interpretativos, seja de narrativas históricas, seja das relações entre os agentes, seus interesses e identidades, possibilitando, dessa forma, uma melhor visualização dos resultados das relações entre os atores (ADLER, 1999).

Assim, a prioridade de alguns teóricos construtivistas é dar enfoque ao discurso, à estrutura e aos agentes, bem como às identidades coletivas e o aprendizado social para melhor entender a dinâmicas das relações internacionais. E a integração regional é um objeto de estudo de Política Internacional que necessita de uma abordagem que amplie as disposições para analisá-la de forma mais coerente, tendo em vista que ela é um processo que está em constante modificação, além de ser formada por atores sociais de uma expressiva diversidade no mundo.

3.2 Visão construtivista sobre a integração regional

Segundo Santos (2008), a emergência dos processos de integração regional é atribuída a um contexto das relações internacionais em que presenciava a mudança de um cenário visto como eminentemente conflituoso, durante as guerras mundiais, para um cenário mais pacífico, no pós-Guerra. Essas mudanças de cenário nas relações internacionais possibilitaram, assim, novas discussões acerca das vantagens ou desvantagens sobre as opções que poderiam trazer consigo o papel de tornar as relações entre os atores internacionais mais amistosas. Com isso, questões têm sido levantadas nos estudos sobre integração regional, especialmente com relação a se esse processo tem de fato gerado, um clima mais pacífico no mundo. Não há conclusões seguras sobre se isso tem ocorrido, mas, de acordo com Santos, o que se sabe é que a integração regional vem crescendo de forma expressiva (SANTOS, 2008, p.1).

Não obstante a integração seja um processo contínuo, ela tende a ser vista como um fim que resulta somente em benefícios para os membros que a compõem. Para Fabbri (2005), a integração regional é um processo contínuo que deve ser visto como um procedimento de ‘multicamadas’ ou sobreposto e em constante evolução de um determinado estágio para outro, que pode ou não ser melhor em termos qualitativos do que o anterior. Tem de ser entendida como “um processo evolutivo e cumulativo que cresceu e se expandiu ao longo do tempo para assumir novas tarefas e novos domínios⁴⁸” (FABBRI, 2005, p.4). Dessa forma, entende-se que, apesar de ser um processo contínuo, não significa que a integração regional está sempre em direção ao sucesso, uma vez que conflitos existem e podem ser resolvidos, mas também, estes conflitos podem gerar uma desintegração (NYE, 1971, p.3). A descrição de Fabbri sobre a integração ser um processo evolutivo apenas diz respeito aos seus estágios de mudanças, o que ocorre constantemente nesses processos. Nesta acepção, com vistas a explicar estas mudanças nas relações entre os atores no Sistema Internacional, optou-se, neste estudo, pela utilização do Construtivismo, que possui importantes contribuições, as quais possibilitam uma ampliação das lentes de estudo para além dos pressupostos teóricos para observar os processos de integração regional em geral.

Sendo a integração regional um processo contínuo, de acordo com Fabbri (2005), um exemplo dessas mudanças, como auxílio em reafirmar a importância do Construtivismo para a análise da integração, seria os próprios processos ocorridos em dois contextos históricos: o velho e novo regionalismo. Eles estariam ligados entre si, como uma continuidade, no entanto ambos possuindo de algumas características qualitativas distintas⁴⁹. Dessa forma, reforçando, para os estudos desses processos, os quais são passíveis de transformações, o Construtivismo possui os pressupostos necessários para um melhor entendimento da integração regional (FABBRI, 2005, p.4), porque abre espaço para essa discussão, de forma a contribuir para uma assimilação das identidades e dos interesses dos agentes.

A integração em si tem um poder transformativo, e ao observá-la, a abordagem construtivista busca entender como ocorre a construção das identidades coletivas no processo de interação entre os Estados. Essas identidades não são pré-determinadas, elas são o resultado de um processo de interação intersubjetiva entre os seus participantes. Em outras palavras, as identidades são endógenas à essa interação e não o resultado apenas dos constrangimentos da anarquia internacional, como reivindicam os analistas das teorias tradicionais (WENDT, 1994, p.38 apud GUARNIERI, 2010, p.256).

Os postulados que aproximam a integração regional ao Construtivismo buscam compreender especialmente os processos que “geram” o interesse nos Estados em criar e manter essa integração, isto é, em desenvolver uma “coerência regional” que, com o passar do tempo, pode ser vista como uma identidade coletiva (SANTOS, 2008, p.14-15). Com efeito, a integração está relacionada a um conjunto de políticas realizadas por Estados que possuem um relacionamento mais ou menos coeso e que pode ser formal ou informal⁵⁰. Assim, a contribuição central da abordagem construtivista é lançar um olhar e refletir sobre como interesses compartilhados entre Estados podem impulsionar o desejo dos mesmos a formarem um processo de integração regional.

Uma vez realizada essa junção de atores, muitas vezes a necessidade de uma maior coordenação surge como um dos pontos importantes na integração. É o que justamente acarreta

⁴⁸ Tradução livre do original: “[...] an evolutionary and cumulative process which has grown and expanded over time to take in new tasks and new domains”.

⁴⁹ Exposições sobre a distinção entre essas divisões qualitativas e contextuais sobre a integração regional foram feitas no capítulo anterior. Para melhor compreensão dessa distinção, ver o capítulo 1.

⁵⁰ É importante distinguir integração formal e informal, porque a primeira é acordada por meio de tratados, e a segunda é somente uma “consciência” comunitária em estabelecer a organização em uma região (SANTOS, 2008, p.2).

a decisão de institucionalizar o processo. Isso possivelmente tem como fim melhorar as capacidades desses atores. Para estes, em um processo de integração, no ato de organizar o grupo a cooperação seria indispensável principalmente porque a própria ideia de organização conota maiores ganhos do que perdas. É preciso ressaltar aqui que, representando uma orientação teórica, o Construtivismo tem o papel de iluminar e analisar não somente esses aspectos cooperativos na integração, mas também os aspectos conflituosos (KATZENSTEIN; KEOHANE; KRASNER, 1998, p.676).

Nos processos de integração, para os construtivistas, os termos-chave que auxiliam na compreensão da sua formação e dinâmica, seja em relação as vantagens e ou as desvantagens, são as identidades, o conhecimento e os interesses dos atores, como também as normas das instituições. Sobremaneira, a integração regional é um fenômeno social. Assim, as identidades, os interesses e as normas, e mais do que isso, o poder e até mesmo o discurso dos agentes são características que devem ser vistas como inerentes ao processo de integração regional, tendo em vista que possuem relevância para a construção desses processos. Os significados e a intersubjetividade também possuem importância para analisar a integração porque determinam a agência dos atores, bem como o comportamento destes no Sistema Internacional (GUARNIERI, 2010, p.250).

No que diz respeito às instituições, para a abordagem construtivista, as normas que as compõem não serviriam apenas para delimitar e regular o comportamento dos Estados, mas também para redefinir o interesse nacional e desenvolver identidades coletivas, por meio da criação de novos hábitos (CABARELLO, 2009, p.19 apud SANTOS e FONTES, 2015, p.9), tendo em vista que as ideias tornar-se normas, e estas têm o papel não apenas de constranger os atores, como também podem definir o que eles são. (NOGUEIRA C., 2011, p.7). Para Wendt (1992), as instituições são uma estrutura de identidades e interesses dos atores, e essas estruturas muitas vezes formam regras e normas em detrimento da socialização dos atores, e de sua participação no conhecimento coletivo (WENDT, 1992, p.402).

Em relação às identidades, os construtivistas as consideram como sendo construídas e/ou redefinidas por meio de preferências e interpretações dos atores. Estas interpretações, ainda, geram o conhecimento, o qual pode se tornar, mais tarde, conhecimento comum ou compartilhado (KATZENSTEIN; KEOHANE; KRASNER, 1998, p.680). O conhecimento comum, por sua vez, influencia na criação de obrigações morais e normas concebidas como padrões de comportamento apropriado (KATZENSTEIN; KEOHANE; KRASNER, p. 682), que também podem caracterizar a própria identidade coletiva.

A criação de uma identidade coletiva, o que pode ocorrer numa integração regional mais profunda através das interações entre os atores, não necessariamente ocasiona a perda das identidades nacionais. No entanto, novas identidades e interesses, de forma conjunta, passam a fazer parte da realidade social dos agentes que participam desse mesmo processo. A identidade regional se forma a partir das experiências que são compartilhadas entre estes agentes. Essas experiências podem sofrer influências de vários fatores, tais como política (incluindo as normas e regras) etnia, religião e linguagem, no que diz respeito à aceitação ou rejeição das experiências compartilhadas (CARVALHO, E GOIANA FILHO, 2011, p. 7-12).

Os outros pressupostos construtivistas, além das identidades e dos interesses dos agentes, dizem respeito à função que as estruturas normativas podem exercer no desenvolvimento dessas duas características dos atores. Essas estruturas são formadas pelas próprias relações intersubjetivas entre os agentes. Isso pode ser melhor visualizado ao analisar esses atores, no caso os Estados, como sendo partes de uma instituição internacional (Wendt, 1994, apud Mariano, 1999, p.11). Segundo Bueno (2009), essas estruturas normativas agem por meio da imaginação, da comunicação e do constrangimento. Assim, entende-se que duas funções principais podem ser desempenhadas pelas normas, a saber: o ato de constranger e de transformar os atores. Uma vez que as normas influenciam nas identidades e nos interesses dos

agentes, estes aos serem modificados, (BUENO, 2009, pp.6-7), mudam o seu modo de agir. É importante ressaltar que é por meio da transformação dessas ações que a sociedade passa por mudanças estruturais e sociais, como a decisão de criar instituições em uma sociedade democrática, por exemplo, a fim de proporcionar um melhor bem-estar aos seus cidadãos.

Para Mariano (1999),

no caso dos Estados, seus valores e interesses são determinados pelo conjunto de valores dos diversos grupos existentes em sua sociedade. Cada grupo possui uma “ideologia” formada pelos valores compartilhados por seus membros. Quando estes valores são transformados em ações, são considerados como sendo seus “interesses”. Portanto, quando diferentes grupos compartilham os mesmos interesses, na verdade estão compartilhando uma série de valores, sendo isto o que lhes permite a aproximação e a cooperação, embora possuam e persistam diferenças entre eles (MARIANO, 1999, p. 11).

Desta forma, argumenta-se que valores e crenças são essenciais para explicar e compreender as relações entre os atores que, nesse caso em especial, são os Estados que formam uma integração regional. Os valores bem como os interesses comuns desses atores não são apenas formadores mas são também resultados dos processos de integração. Em outras palavras, após formados, os processos de integração propiciam cada vez mais uma estreita interação entre as sociedades (Estados) envolvidas. Além disso, os grupos que participam efetivamente da integração geram, ao longo do tempo, uma percepção que possuem uma nova identidade coletiva. Essa mesma identidade coletiva, de acordo com Wendt, tem dois efeitos sobre as identidades e interesses particulares de cada ator envolvido no processo de integração regional: primeiro, “podem alterá-los ou modificá-los, se a ideia de que os atores constituem suas identidades a partir do aprendizado resultante das interações das quais participam, é aceita”; segundo, “através da repetida interação o ator acaba conhecendo sua própria identidade, a qual será projetada e sustentada ao longo da cooperação”. Portanto, no decorrer do processo de aprendizado, na integração, os atores passam a se enxergar não mais exclusivamente como indivíduos, mas como um grupo, que partilha das mesmas regras e normas, que, por sua vez, transformam a sua convivência no curso da história daquela coletividade (WENDT, 1994 apud MARIANO, 1999, p.8-9).

Para melhor entender cada um dos elementos que formam os atores e suas ações nos processos de integração regional, Fawcet (2004) afirma que o Construtivismo fornece resultados interessantes porque analisa, com maior prioridade, as experiências compartilhadas, as identidades e o aprendizados dos atores. No entanto, para a autora, essa contribuição somente é mais bem aproveitada na explicação de apenas algumas fases do processo regional (FAWCET, 2004, p.442). Essas fases, as quais podem ser estágio inicial de aproximação dos atores para formação da integração ou acordos em uma integração já formada, variam de região para região, dependendo das particularidades e dificuldades de cada uma.

Diferentemente de Fawcet, para Santos (2008), o Construtivismo pode prover muito mais do que explicações apenas em fases isoladas da integração, uma vez que essa abordagem utiliza como umas das principais premissas o processo de construção contínuo da realidade social, portanto, suas análises possíveis de serem aplicadas a qualquer estágio da realidade da integração regional. De acordo com o autor, um dos objetos de análise do Construtivismo sobre a integração regional é o interesse em assinalar o desenvolvimento do regionalismo cognitivo, justamente pelo fato dessa abordagem focar na consciência e na identidade regional, além da possível criação de um “senso compartilhado de pertencimento a comunidade” (SANTOS, 2008, p.21), contudo levando em consideração que nem sempre esse sentimento compartilhado

pode ocorrer em todo processo de integração, uma vez que depende dos interesses de cada ator nesses processos.

Nesse sentido, os construtivistas ressaltam a importância de se examinar até que ponto o senso de comunidade na integração regional desencadeia uma coesão regional que seja duradoura e baseada em uma responsividade mútua (SANTOS, S. 2008, p.21). Com isso, questiona-se novamente o papel das normas e regras, as quais são vistas como parte do entendimento coletivo de que os atores, num processo de integração regional, devem criar e estabelecer para obter um patamar de organização esperado por esses membros. Essas normas, criadas e estabelecidas, têm como papel consolidar os valores e princípios que definem contextos políticos e culturais, dos quais os Estados fazem parte (FINNEMORE & SIKKINK 1998, p.89 apud GUARNIERI, 2010, p. 256).

A partir do momento em que os atores passam a compartilhar de normas, concomitantemente esses estão em um processo de cooperação e se colocam em um ambiente de coletividade. Portanto, a integração ocorre no momento em que os agentes se veem parte do “todo”⁵¹. É importante lembrar que uma integração abarca membros que são dotados de valores e interesses que foram construídos ao longo do tempo, os quais influenciam nas ações dos atores que fazem parte desse conjunto. As escolhas e ações dos agentes, nesse sentido, podem ser constantemente modificadas na medida em que ocorrem as interações (MARIANO, 1999, p.9), principalmente ações relacionadas aos objetivos que esses atores porventura desejam alcançar.

O comportamento dos atores, suas escolhas e ações, bem como seus objetivos podem muitas vezes ser analisados por meio da linguagem, que para o construtivismo é outro artifício indispensável para manter a interação entre os atores, além de ajudar na concretização dos objetivos dos mesmos. As práticas discursivas estabelecem uma linguagem que, com o processo de construção de significados, gera certas interpretações em detrimento de outras, num dado contexto histórico (GUARNIERI, 2010, p.262). Dessa forma, a linguagem contribui na manutenção e afirmação das relações de poder, aumentando o grau de legitimidade de um discurso (GUARNIERI, 2010, p. 259).

Segundo Onuf (1998 apud GUARNIERI, 2010), é mais fácil compreender a realidade quando entendemos as regras, e o discurso é um importante aliado nessa observação, pois o ato da fala é uma das mais importantes ações para transformar o que o mundo é, e como é visto (ONUF 1998, p.5 apud GUARNIERI, 2010, p.257). A persuasão e a argumentação são dois mecanismos da linguagem que determinam o processo de ação dos atores. Um agente é persuasivo não só pela autoridade que possui para realizar o ato de persuasão, mas também pela legitimidade que tem para fazê-la, legitimidade essa reconhecida por todos os membros da integração, com a contribuição da construção social, e da linguagem que gerou tal conhecimento.

Para que a persuasão tenha êxito é necessário que o agente seja dotado de poder coercitivo, pois é um recurso considerado facilitador da persuasão (CHECKEL, 1999, p.552). Por sua vez, a persuasão facilita a internalização das normas as quais passam a ser percebidas como necessárias e, com isto, constituem-se num conjunto de entendimentos intersubjetivos comuns que podem mudar, inclusive, aspectos comportamentais. A medida em que os atores diminuem suas incertezas sobre os outros, a integração torna-se cada vez mais provável de ocorrer. Além disto, a redução das incertezas dos agentes também gera um ambiente onde as interações ocorrerão sem muitos conflitos (MARIANO, 1999, p.14), e as decisões terão um objetivo em conjunto, desejado por todos os membros, ou pelo menos por aqueles que, na integração, possuem um peso maior de influência devido ao poder inerente.

Por outro lado, a ausência da “cooperação” nestes contextos ou a recusa em aceitar essas normas aumentam, naturalmente, a probabilidade da desintegração. Nesse caso, a persuasão

⁵¹ O “todo” se refere à integração regional formada pelos membros.

será um eficiente mecanismo para que a desintegração seja impedida. Além da persuasão, outro mecanismo importante na contribuição do consenso numa integração é a argumentação dos atores, uma vez que ela é uma forma de conquista por parte dos agentes em realizar o que lhe é visto como apropriado. Por essa razão, Coutinho, Hoffmann e Kfuri (2007) acreditam que a ênfase em um processo de integração regional está em saber como “as normas e regras se tornam consensuais” (COUTINHO; HOFFMANN; KFURI, 2007, p. 12), uma vez que elas, ainda, podem demonstrar que os atores, de forma inconsciente, agem conforme o modo que lhes foi ensinado a agir. Esses dois recursos, persuasão e argumentação, são, portanto, importantes definidores do comportamento dos agentes.

O aprendizado social é outro recurso relevante identificado pelos construtivistas na integração regional. Como esclarece Checkel (1999), o aprendizado social é um processo que se dá através da interação entre os agentes, independente das fronteiras internacionais criadas por eles mesmos. Esse recurso adquirido por meio das interações entre os atores é mais um dos recursos que, na integração regional, pode gerar nos atores (Estados) uma transformação de interesses e de preferências. A partir desse momento que esses atores adquirem novos interesses e preferências, o aprendizado social gera uma ruptura do individualismo dos mesmos que até o aprendizado social, segundo o autor, prevalecia (CHECKEL, 1999, p.548). Isto porque, na integração regional, a interação social gera experiências conjuntas entre os membros de uma organização. Alguns dos principais resultados da aprendizagem social dizem respeito à aquisição de valores, às crenças e à realização de novas ações quando os atores são submetidos às regras. Esses atores “aprendem” com essas regras, transformando o que o agente é, como delibera e, por conseguinte, como age.

Para Checkel (1999), a mudança de comportamento em âmbito estratégico e de auto interesse, por exemplo, na interação social não deve ser ignorada por nenhuma abordagem que analise a integração regional (CHECKEL, 1999, p.546), uma vez que elas podem dizer muito sobre as ações daqueles atores nas interações sociais, em uma integração regional. As próprias instituições podem fornecer informações sobre as identidades e os interesses dos atores. Isso ocorre em função da co-constituição de agentes e estrutura (CHECKEL, 1999, p. 547). O autor analisou o aprendizado social de forma hipotética. Esse aprendizado seria mais provável de ocorrer nos seguintes aspectos: 1) o aprendizado social é mais provável de acontecer em grupos nos quais são compartilhadas experiências individuais, mas que podem ser experiências comuns entre os atores; 2) o aprendizado social pode ocorrer em grupos que se sentem ameaçados ou sujeitos à crises ou que uma decadência política possa vir a acontecer; 3) é mais provável de ocorrer aprendizado social em grupos que há uma grande intensidade de interações entre os participantes; 4) e pode ocorrer quando um grupo está isento da pressão política direta e de sua exposição (CHECKEL, 1999, p.549). Apesar do autor ter formulado essas hipóteses, ele afirma que todas necessitam de uma melhor elaboração, principalmente àquelas que dizem respeito às ocorrências de situações de crises em grupo como sendo um fator para o aprendizado social, visualizado em um processo de integração, por exemplo.

Ao fazer uma análise construtivista sobre a União Europeia, Checkel (1999) critica o modo com que alguns estudos sobre integração regional tenham somente privilegiado as instituições europeias. Para o autor, o erro dessas análises consiste, principalmente, em manter um foco somente na questão de como essas instituições importam, mas esses estudos negligenciam quais são os seus efeitos, seja na construção de identidades, seja na transformação das ações dos atores. A insatisfação do autor diz respeito, portanto, a lacuna referente às implicações dessas instituições no processo de integração europeu. Além disso, as dinâmicas construtivistas de análise das normas, do processo de padronização, não têm sido utilizadas em alguns estudos de integração com frequência, o que gera o desprezo por questões fundamentais necessárias para o entendimento da integração regional, como a aprendizagem social, por exemplo (CHECKEL, 1999, p.545). Sendo assim, Checkel (1999) utiliza uma análise

sociológica construtivista e conclui que as instituições são constitutivas (CHECKEL, 1999, p.545), isto é, têm efeito na constituição das identidades, interesses e conseqüentemente nas ações dos atores. Para este autor, a abordagem construtivista veio a ser importante principalmente quando reconhece que ambas as interpretações - integração muda identidades e interesses, e vice-versa - podem estar corretas (CHECKEL, 1999, p.545). Para ele, no entanto, estudos sobre a integração podem ser melhor visualizados pela análise da União Europeia, considerando esse grupo como o melhor exemplo. Com isso, percebe-se que ainda que seja um estudo um tanto crítico por parte desse autor, ainda privilegia uma única região, que é a Europa.

De acordo com Fawcet (2004) a integração regional, não entendida somente com a integração que possui o atual conceito, mas sim como integração hierárquica, sempre fez parte da história, especialmente da Ocidental, e sobretudo quando se pensa na Europa, com seus “impérios e esferas de influência”. De acordo com a autora, até historicamente essas regiões do Ocidente têm sido privilegiadas nesses estudos, principalmente porque a Europa e o Atlântico Norte foram regiões que alcançaram êxito em sua forma de se integrar (FAWCET, 2004, p.436). Apesar do regionalismo e regionalização⁵² serem fenômenos globais, observa-se que aqueles que tiveram mais sucesso se concentram na Europa e no Atlântico Norte. Para a autora, em vez de concentrar as análises em apenas uma região, o que negligencia todas as outras regiões, além de seus contextos, é preciso ao menos fazer uma comparação entre elas, para perceber as diferenças e as diversidades que compõem os mais variados processos de integração regional. Esse estudo comparativo proposto por Fawcet (2004) possui o objetivo de apresentar os sucessos e insucessos dessas integrações, ainda as suas particularidades, as identidades e os interesses que esses diferentes grupos possuem. Portanto, “ao pensar comparativamente e teoricamente sobre o regionalismo, é importante alcançar um enfoque analítico e comparativo mais amplo, reunindo provas práticas de diferentes regiões”⁵³ (FAWCET, 2004, p.435).

O regionalismo, mesmo que tenha tido mais sucesso no Ocidente, para Fawcet (2004) ele produziu oportunidades para os Estados mais fracos, sendo porta de entrada para fóruns onde exista interação e estabelecimento de agendas, ainda que os interesses desses Estados sejam marginalizados. Esses grupos, formados por Estados mais fracos, possuem pouca influência nas agendas internacionais. No entanto, possuem a capacidade de influenciar na criação de algumas normas e desenvolvimento na sua própria região. Exemplos existem em vários locais como nas Américas, no Sudeste Asiático e na África (FAWCET, 2004, p.439).

O estudo sobre a integração regional de forma geral por meio da ótica construtivista possui poucas fontes. Mas o que é importante apreender a partir dessa abordagem é o fato de que dentre todos os processos de integração regional conhecidos até o presente momento, a União Europeia é vista como a integração que mais atingiu sucesso e a mais duradoura desde a sua formação. Os processos de integração ocorridos na Ásia, por exemplo, não atingiram uma integração profunda, devido justamente estarem em construção e consequência histórica de longas guerras entre os países vizinhos daquela região, por conta de seus interesses, o que dificultaria a cooperação em instituir uma organização de escopo regional mais integrada. Esses e outros problemas não só fazem parte de regiões onde a integração não é considerada de sucesso, mas cada região possui sua particularidade, e seu modo de lidar com seus problemas, tentando solucioná-los ainda de forma cooperativa.

⁵² As definições de ambos os conceitos estão presentes no capítulo anterior, mas é importante relembra-las. O regionalismo se refere ao fenômeno do estudo em geral, ou seja, uma “onda” de integração regional, sendo ainda um projeto. Já a regionalização se refere ao processo que ocorre na prática dentro de um dado espaço geográfico (FAWCET, 2004, p.433).

⁵³ Tradução livre do original: “In thinking comparatively and theoretically about regionalism, it is important to achieve a broader analytical and comparative focus, pulling together evidence from different regions and practices”.

3.3 Refletindo sobre as vulnerabilidades, contrastes e diferenças na integração

O regionalismo nem sempre não é um meio que promove apenas vantagens para os atores que o constituem. De acordo com Fawcet (2004), a imagem da integração originar apenas benefícios para esses atores é promovida tanto por comunidades de escopo regional quanto por comunidades internacionais, porém o que tais comunidades, segundo a autora, não deixam claro é que o regionalismo transforma não somente a esfera econômica dos Estados, mas também podem transformar o seu comportamento político e social (FAWCET, 2004, p.429). Para Fawcet (2004) “o regionalismo é desejável e necessário”, porque geograficamente funciona de modo mais eficaz com uma coordenação regional sendo adequado abordar questões ou problemas que são característicos de sua região, algumas relacionadas à segurança⁵⁴. Segundo Fawcet, os problemas são regionais e as “soluções também são regionais” (FAWCET, 2004, p. 430) o que, de algum modo, facilita a troca de informações entre os atores, por exemplo, para se chegar a uma solução. Segundo a autora, algumas experiências de integração regional em diferentes partes do mundo enfrentaram problemas de modo a gerar um tipo de regionalismo de que a autora chama de “insuficiente ou escasso”. Portanto, Fawcet propõe uma discussão acerca desses problemas que inclua mais uma vez um estudo comparativo entre as diversas regiões, considerando suas particularidades.

Existe a crença por parte de alguns atores na utilidade do regionalismo como um auxílio para sua inserção internacional, no sentido de adquirir mais voz sobre questões que envolvam cooperação; por outro lado, outros descartam sua legitimidade, especialmente no que diz respeito às possíveis soluções para sua região. Essas contradições giram em torno dos interesses desses atores que, na integração regional, são possíveis de transformação a todo momento em que se percebe como algo necessário. As intenções dos atores são importantes para suas ações, mas o contexto em que eles vivem também possui influência significativa. Para Mariano (1999),

as decisões ou opções dos atores variam de acordo com suas aspirações, mas também conforme o contexto no qual os indivíduos estão envolvidos. Esse é um aspecto importante para entendermos a influência da integração sobre a sociedade, pois introduz a ideia de que os interesses não são fixos e nem sempre divergentes, havendo a possibilidade de por meio da negociação e da maior aproximação, criarem-se valores compartilhados pelos grupos sociais organizados ou pelas elites. Acreditamos que a partir desses múltiplos interesses presentes no interior da sociedade originam-se os objetivos e as estratégias governamentais (MARIANO, 1999, p.6).

Ao se estabelecer um processo de integração regional não implica necessariamente o fim das disparidades entre os atores que a compõem, e muito menos indica que não poderá ocorrer uma desintegração depois de algum tempo. As vulnerabilidades existem e podem influenciar a todo momento durante a vivência e o compartilhamento de experiência entre os agentes, especialmente nas suas escolhas. Mas para Wendt (1992) na maioria das vezes é difícil de

⁵⁴ Buzan afirma que depois da Guerra Fria, com o fim da bipolaridade, as regiões foram construídas com resquícios de influência das duas superpotências, o que influenciou consequentemente nas relações desses Estados, e de suas percepções quanto à segurança. As regiões possuem seus problemas particulares, para o autor, elas sofrem influências do Sistema Internacional. O autor chama essas regiões formadas com objetivo a segurança de complexos regionais. Não são somente os Estados-nação que compõem um complexo regional, mas também por exemplo grupos ambientalistas, e outros atores que discutem a segurança de uma determinada região. O espaço geográfico seria uma preocupação dos atores, portanto necessitando de ser observado com mais singularidade, de região em região, para que pudesse ter a segurança almejada (BUZAN, 2003).

aceitar essas vulnerabilidades, principalmente porque, segundo o autor, as expectativas são de ganhos individuais, com a cooperação entre os atores (WENDT, 1992, p.418).

Outro problema relacionado aos grupos regionais, de acordo com Fawcett (2004), diz respeito ao abuso que alguns Estados fortes podem cometer.

Os críticos argumentam que os grupos regionais servem meramente os interesses de um estado ou outro. Na verdade, muitas vezes é o caso de um ator importante - talvez um instrumento na criação e manutenção da organização regional - definir a agenda nessa organização. Em alguns casos, o papel dominante pode passar de um estado para outro⁵⁵ (FAWCETT, 2004, p.444).

A autora exemplifica com a integração do Nafta. Nesse grupo toda atividade regional se baseia no papel dominante dos Estados Unidos (FAWCETT, 2004, p.444). Para a autora esse tipo de política se reflete não só nesse grupo, especificamente, mas também em outras integrações regionais nas Américas, isto é, em regiões vizinhas.

As identidades e o contexto de cada região claramente afetam as dinâmicas das suas respectivas integrações regionais. Atualmente, uma vulnerabilidade na integração regional pode ser visualizada com a decisão do Reino Unido sair da União Europeia, conhecido como Brexit – sigla em inglês⁵⁶. Isso é mais um exemplo de que as desintegrações podem ocorrer, gerado, por exemplo, por um processo de desentendimentos entre os atores de uma região com o grupo. A decisão do Reino Unido sair da União Europeia depois de um referendo popular⁵⁷ demonstra que nem sempre a integração regional é um caminho para se instituir a paz duradoura em uma região, e muito menos que a integração formada sempre existirá da mesma forma que começou.

Sendo assim, é necessário levar em consideração a possibilidade de transformação de uma realidade para outra, para que se tenha o conhecimento de que, apesar de proporcionar vantagens ao desenvolvimento social e aproximação entre os atores, a integração regional não pode ser vista como somente o único caminho para que isso ocorra. Cabe aos atores julgarem qual é o melhor caminho a ser trilhado, levando em conta não só as suas identidades e os seus interesses, mas também necessitando de tomar uma consciência de que o diálogo sempre é necessário entre os atores envolvidos, pois isolamento também não é a melhor saída para a resolução dos problemas desses atores (Estados).

⁵⁵ Tradução livre do original: “Critics argue that regional groups merely serve the interests of one state or another. It is indeed often the case that one major actor-maybe one instrumental in the regional organization’s creation and maintenance-sets the agenda in that organization. In some cases the dominant role may pass from one state to another”.

⁵⁶ Brexit significa saída da Grã-Bretanha da União Europeia, que em inglês é a soma de “British” e “exit” (saída).

⁵⁷ A opinião pública acerca das políticas de sua sociedade e/ou região pode ser vista e levada em consideração nas decisões através do referendo, que é uma consulta popular por meio de um processo de votação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse em estudar os processos de integração regional por meio da abordagem construtivista foi impulsionado principalmente pela compreensão de que concentrar esse objeto de estudo em análises das teorias tradicionais limitava o entendimento de diversas questões, a saber acerca das identidades, interesses e diversos outros elementos que caracterizam os atores que compõem a integração regional. Isso não significa que se descartou as contribuições dessas teorias *mainstream*, mas avaliou-se que o Construtivismo fornece importantes ferramentas de análise para compreender os processos de integração regional, uma vez que seus pressupostos ampliam os horizontes nas considerações sobre o tema em questão. Assim, entende-se que os processos de integração regional, para a visão construtivista, são muito mais do que apenas relações de cunho comercial, são, sobretudo, formados por relações sociais.

A pesquisa observou, primeiramente, que refletir sobre as regiões possui significativa importância nos estudos de integração regional, como o próprio nome já deixa explícito. Essas regiões, com o passar do tempo, adquiriam o significado de determinantes de uma noção geográfica, a qual gera uma distinção das áreas que também são construídas e transformadas ao longo da história. Por outro lado, de acordo com Fawcett (2004), a definição da região está quase sempre atrelada somente à uma realidade geográfica, mas para a autora essa definição é limitada, tornando-se necessário, portanto, abarcar as comunidades e interações que fazem parte dessas regiões, além do impulso para cooperação que elas podem proporcionar (FAWCETT, 2004, p.432). Portanto, se observou que “as regiões são socialmente construídas e susceptíveis à redefinição” (ADLER E BARNETT, 1996, p.77 apud ADLER, 1999, p.234), e, por isso, o estudo da integração regional conota sempre em entender que as regiões são construídas e separadas ao longo de seu processo histórico. Isso ocorre de acordo com um consenso entre os atores para um modo de organização política dessas sociedades.

Sabendo da importância de se reconhecer que as regiões mudam constantemente, analisar seu processo histórico é um meio de identificar essas transformações, além de contribuir na tentativa de compreender uma nova realidade e o que a caracteriza. Esse *background* pode ser aplicado às próprias formações dos processos de integração regional. Assim, ao utilizar as lentes do Construtivismo, observou-se a importância de se entender os contextos de cada objeto de estudo, como as dinâmicas na política internacional em diferentes realidades. Ademais, a regionalização e o regionalismo constituem as dinâmicas desses processos, com o sentido apenas de organiza-los durante a sua formação. A regionalização é o processo para a integração, que ocorre em diferentes regiões, e o regionalismo o projeto, o qual inclui iniciativas políticas para fortalecer os laços sociais, econômicos e/ou políticos (SANTOS, 2008, p.3) destas mesmas regiões. O trabalho não buscou focar nas diferenças desses conceitos, tendo em vista que ambas, de forma geral, fazem parte dos processos de integração regional como todo, mas foi necessário mencioná-las na primeira parte do trabalho, para compreender em que se baseia a organização desses processos.

Buscando avaliar os diferentes contextos de uma integração regional, ou velho e novo regionalismo como alguns autores⁵⁸ preferem distinguir, percebeu-se que uma aproximação dos atores de uma mesma região foi vista, nesses dois momentos, como necessárias de acordo com

⁵⁸ Hettne e Soderbaum (2000) distinguiram em seu texto o regionalismo em dois momentos históricos: pós-Segunda Guerra Mundial e pós-Guerra Fria. No entanto, Para Santos (2008), a diferença entre o velho e novo regionalismo é mais qualitativo do que temporal, porque o novo regionalismo está relacionado com o surgimento da globalização, e das novas configurações que caracterizam a política mundial, portanto sendo vistas como necessárias transformações para que os países possam atuar de maneira a obter mais vantagens. Já o velho regionalismo estaria somente relacionado com o objetivo de integrar países vizinhos, que no caso eram os países europeus, e estabelecer a paz entre os Estados após a experiência arrasadora deixada pelas duas guerras mundiais (SANTOS, 2008, p.15).

as percepções desses mesmo atores, seja no sentido cooperativo com o objetivo de obtenção de vantagens conjuntas, seja em detrimento de interesses particulares, tornando-se, nesse sentido, indispensável a integração para concretizá-los. Sendo assim, a integração regional não poderia ser vista como uma alternativa distinta do interesse nacional, pois é muitas vezes explicada como sendo uma complementação para melhorar ou proteger o papel do Estado num mundo que se tornava cada vez mais interdependente (HETTNE e SODERBAUM, 1998, p.4), especialmente no contexto pós-Guerra Fria.

A integração regional prosperou em um ambiente mais permissivo, no chamado novo regionalismo de acordo com Fawcett (2004), porque percebeu-se a necessidade, por parte dos atores e de suas regiões, em atender as suas próprias demandas, e no novo regionalismo isso ocorreu de forma mais intensa nas diferentes regiões. Além disso, as regiões passaram a ter uma maior liberdade em afirmar suas identidades e objetivos, contribuindo na melhor distribuição de capacidades, proporcionando uma maior legitimidade a voz e participação no Sistema Internacional, mesmo que isso ainda estivesse acontecendo aos poucos (FAWCETT, 2004, p. 439). Ou seja, entende-se que a integração se apresenta como um tipo de ferramenta para a inserção internacional dos atores, sendo uma forma destes alcançarem uma maior autonomia.

Diante da análise da história de formação da integração regional e de suas dinâmicas, observou-se que não há um consenso na literatura em como definir esses processos. O conceito da integração regional é amplo e provoca inúmeros dissensos na literatura a respeito. Contudo, a integração regional é quase sempre definida como um processo de intensificação das relações entre os atores, na tentativa de alcançarem objetivos em comum e solucionarem problemas em comum. Ademais, também foi importante realizar uma breve revisão sobre a visão das teorias tradicionais, mais especificamente do funcionalismo e institucionalismo, sobre a integração regional. Conclui-se que tais teorias consideram somente as relações comerciais e econômicas como importantes causas para formar os processos de integração regional, negligenciando, assim, outros elementos que englobam esses processos. Ao contrário dessas correntes limitadas de análise, o Construtivismo fornece uma análise mais ampla sobre esse estudo em questão.

No que concerne a relação do Construtivismo e a integração regional, tal relação estaria especialmente baseada no estudo da construção de uma estrutura internacional a partir das relações entre os atores, que por sua vez viram a necessidade em se direcionar a um mundo cada vez mais globalizado e integrado. De um modo geral, qualquer integração regional está em um contínuo processo de mudança, assim como os seus membros, que são os atores que as formam. Por isso o Construtivismo promove um melhor esclarecimento sobre esses processos, porque eles são uma “realidade social” construída pelos agentes humanos por meio de suas práticas diárias (RISSE, 2004, p.145). Nesse sentido, o trabalho procurou demonstrar a adesão do Construtivismo como abordagem das Relações Internacionais, e sua importância para a compreensão do papel dos atores na política internacional. Reconheceu-se, assim, que o Construtivismo é baseado em uma ontologia social da qual crê que os agentes humanos e os Estados não existem independentemente de seu ambiente social e de seus sistemas coletivos, mas compartilham de significados por meio das relações intersubjetivas. Dessa forma, é impossível que as ações dos agentes ocorra sem que os próprios não compartilhem de experiências através de qualquer tipo de interação, pois todos “somos membros de uma comunidade social” (Idem, p.148). Com isso os Estados tornam-se atores importantes porque são formados por comunidades de indivíduos os quais vivem em uma coletividade social.

Nessa acepção, foi necessário fazer uma análise sobre o papel das normas e das regras nos processos de integração regional. Constatou-se que essas normas e regras, além de prescreverem e regularem comportamentos, também são constitutivas, porque passam a compor as identidades e novas preferências dos atores, no sentido de definir quem eles são. Nesse ponto de vista, se tomou como exemplo a instituição da soberania, a qual não só regula o comportamento dos Estados no Sistema Internacional, mas também define o que o Estado é,

por isso a soberania é considerada pelos autores construtivistas como uma instituição que foi socialmente construída. Assim ocorre com as instituições dos processos de integração regional, pois exercem influência na ação de internalizar novas compreensões e expectativas dos atores por meio da integração feita entre os mesmos.

Foi visto que os atores respondem de maneiras diferentes diante das ações da estrutura, como os próprios Estados, que reagem de diferentes formas sobre as normas internacionais (FINNEMORE; SIKKIN, 2001, p.397), principalmente porque esses mesmos Estados possuem capacidades, identidades e diversas outras características distintas. Além disso, foi importante também não deixar de mencionar a influência do elemento poder nesse sentido. Notou-se que o poder é um elemento capaz de determinar o que é legítimo ou não na política internacional (ADLER, 1999), portanto sendo crucial entender seu papel nos processos de integração, afim de evitar uma negligência em relação a importantes aspectos que os constituem.

A pesquisa também apontou que a comunicação e o discurso são imprescindíveis principalmente para entender o comportamento social dos agentes. Através das interações e das práticas discursivas, os agentes dão forma e sentido ao mundo (RISSE, 2004, p.249). Relacionado a isso, vimos o significado da co-constituição, sendo aquela que explica por exemplo que agência e estrutura, no Sistema Internacional, se constituem mutuamente por meio das suas interações/ relações intersubjetivas (NOGUEIRA C., 2011, p.4). Ou seja, através de suas práticas discursivas e da linguagem, da comunicação mais especificamente, os atores se constituem. A ideia sobre a co-constituição de agentes e estruturas, umas das principais premissas do Construtivismo, passou a ser uma importante ferramenta analítica na compreensão das interações e agência dos atores.

O resultado esperado na pesquisa alcançou êxito, tendo em vista que se constatou que o Construtivismo pode ampliar as perspectivas de estudo na busca de entender os processos de integração, pois suas premissas iluminam os estudos para compreensão de diversos temas sobre política internacional. O trabalho não teve como intenção destacar apenas o lado positivo dos processos de integração regional, uma vez que diversas regiões têm dificuldades em manter ou até mesmo apenas impulsionar uma integração, é o caso que acontece principalmente no continente africano e em regiões como na Ásia Central, regiões pelas quais são caracterizadas por muitos conflitos entre os países vizinhos. Alguns processos de integração tiveram sucesso, outros falharam em sua tentativa de criação, isso se dá pelo fato da existência de distintos problemas muitas vezes particulares de cada região.

Certamente a integração regional possui limitações, porém, analisando seu histórico, percebe-se que se tem apreciado esses processos como sendo uma meio de atrair vantagens para os atores. Além disso, apesar dos processos de integração serem desiguais em termos de capacidade e atuação na política internacional entre as regiões, observa-se que houve uma significativa repercussão logo após o fim da Guerra Fria em direção a um mundo que se tornava cada vez mais globalizado. O regionalismo, entendido como um processo que ocorre nas diferentes regiões do mundo, de acordo com Fawcet (2004) pode enfrentar desafios e oportunidades (FAWCET, 2004, p.445). Mas ainda assim, para a autora, a cooperação não é somente uma decisão, mas é também uma necessidade, tanto para que seja possível haver integração regional, quanto para uma construção em busca de desenvolvimento em qualquer área, inclusive a social.

As experiências de diferentes tipos de integrações regionais têm mostrado a diversidade de atividades em relação à política, economia e cultura, de acordo com a identidade e os interesses que variam de região para região. No que diz respeito às vulnerabilidades da integração regional, pouco tem se falado sobre a desintegração ou reversões na história dos processos de integração regional (FAWCET, 2004, p.446). Embora se tenha a possibilidade de uma estagnação ou mesmo desintegrações, tem-se tratado o regionalismo como uma opção para que os atores possam tentar buscar atingir um melhor relacionamento uns com os outros. No

entanto, as desintegrações podem ocorrer, ou um processo de desentendimentos entre os atores de uma região, como o que ocorre atualmente no continente Europeu com a decisão da saída do Reino Unido da União Europeia, mostrando que a integração é um processo de construção, mas também de desconstrução.

Os textos que deram suporte para o desenvolvimento deste trabalho contaram com a contribuição não só de autores construtivistas exclusivamente, mas também com auxílio das teorias tradicionais que falam a respeito da integração regional e suas dinâmicas, tendo em vista que as primeiras análises sobre o assunto foram realizadas pelos autores dessa área de Relações Internacionais, especialmente o Funcionalismo e Neo-Funcionalismo. Contudo, diferentemente dessas teorias, os autores construtivistas creem na continuidade da integração, mas também na sua desintegração, não sendo um processo fixo e livre de mudanças. Assim, todas as diferentes premissas deram um suporte significativo para os questionamentos a respeito dos processos de integração regional.

Por fim, mas não menos importante, um tópico que abordasse os contrastes existentes entre uma região e outra, como também sobre as vulnerabilidades na integração, foi visto como necessário. No que diz respeito a essas diferenças, Fawcet (2004) acredita que a melhor forma de analisá-las é realizando um estudo comparativo crítico para chamar a atenção das comunidades acadêmicas sobre a importância em considerar outras regiões que não sejam apenas a parte Ocidental do mundo ou a Europa. Por isso, pesquisas futuras terão um maior enfoque em como esses os ‘modelos’ de integração se espalharam para outras regiões e se isso é visto com utilidade para os atores, levando em consideração a atual situação da União Europeia e ainda as diferenças que existem entre uma região e outra. Além disso, assuntos que não puderam ser melhor explorados, como uma região específica sobre a integração, poderão melhor ser analisados posteriormente, tendo em vista ainda os processos de desintegração que aconteceram na história da política internacional. Deve-se ter em conta uma série de diversos fatores que contribuem para as mudanças na política internacional e, para tanto, é preciso um olhar mais a fundo sobre o comportamento dos atores. Por isso a adequação da abordagem construtivista na análise desse tema é crucial para explicá-lo.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. **Constructing a security community in Southeast Asia: Asean and the problem of regional order**. 1 ed. New York: Routledge, 2001, p. 16-30.

ADLER, Emmanuel. **O construtivismo no estudo das Relações Internacionais**. Lua nova, [s.l.], v.00, n. 47, 1999, p. 201-252. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a11n47>>. Acesso em: 06 dezembro. 2016.

AS RELAÇÕES SOCIAIS INTERNACIONAIS. PUC-Rio. Certificação Digital nº 1012212/CB, p. 16-37. Disponível em:< http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20703/20703_3.PDF>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

BARBOSA, Gabriela. **O Construtivismo e Suas Versões no Estudo das Relações Internacionais**. V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010, (N.p.).

BAYLIS, John, Steve Smith, and Patricia Owens, eds. **The globalization of world politics: An introduction to international relations**. Oxford University Press, 4^a ed. 2013, p. 436-449.

BORZEL, T; RISSE, T. **Theorizing Regionalism: Cooperation, Integration, and Governance**. The Oxford Handbook of Comparative Regionalism. 2016, cap. 13.

BRAGA, Nathalia Rocha Carneiro Ferraz. **Perspectivas positivistas e pós positivistas nas Relações Internacionais**: as divergências epistemológicas levariam a distinções em seu modo de fazer ciência. Brasília: Pólemos, vol. 2, n. 4, 2013, p. 58-68.

BUENO, Adriana Mesquita Corrêa. **Perspectivas contemporâneas sobre Regimes Internacionais**: a abordagem construtivista. Artigo para ABRI-ISA Joint International Meeting. Rio de Janeiro, 22-24 de julho de 2009, p. 1-19.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003, p. 6-26.

CABRAL, Ricardo Pereira. **Complexo Regional de Segurança: a busca de um modelo para a América do Sul.** XIV Encontro Nacional da ANPUH-RIO. Rio de Janeiro, 2010, p. 3-7. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276513961_ARQUIVO_ComplexoRegionaldeSeguranca-Anpuh.pdf>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2017.

CARDOZO, Sandra. **Construtivismo: uma abordagem teórica para analisar a aproximação política entre países.** V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010, p. 1-15. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-036/519.pdf>>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2017.

CARVALHO, Beatriz Thomaz; GOIANA FILHO, José Elísio Alves. **O papel da cultura nos processos de integração regional: o caso da Unila.** 3º Encontro Nacional da ABRI, 2011, p. 1-16. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100033&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 de outubro de 2016.

CELLI JUNIOR, Umberto. **Teoria Geral da Integração: em busca de um modelo alternativo.** In.: MERCADANTE, Araminta de Azevedo; CELLI JUNIOR, Umberto; ARAÚJO, Leandro Rocha de, org.. Blocos Econômicos e Integração na América Latina, África e Ásia. Curitiba: Juruá, 2006, p.19-28.

CHECKEL, Jeffrey T. **Social Construction and Integration.** Journal of European Public Policy Vol.6, nº.4, 1999, p. 545-560. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/135017699343469>>. Acesso em: 8 de fevereiro de 2017.

COUTINHO, Marcelo, HOFFMANN, Andréa Ribeiro, KFURI, Andréa. **Raio x da integração regional.** Estudos e Cenários, OPSA, 2007, p. 6-32. Disponível em: <<http://observatorio.iuperj.br>>. Acesso em: 9 de outubro de 2016.

FABBRI, Claudia M. **The constructivist promise and regional integration: an answer to 'old' and 'new' puzzles. The South American case.** Department of Politics and International Studies, University of Warwick CSGR Working Paper, 2005, p.2-8. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/39960544_The_constructivist_promise_and_regional_integration_an_answer_to_'old'_and_'new'_puzzles_The_South_American_case>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

FAWCETT, Louise. **Exploring Regional Domains: A Comparative History of Regionalism.** International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-), Vol. 80, nº. 3, Regionalism and the Changing International Order in Central Eurasia, 2004, p. 429-446.

FINNEMORE, Martha; SIKKIN, Kathryn. **The constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics**. *Annu. Rev. Polit. Sci.* Vol.4, 2001, p. 391–416.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. **La construction européenne”: uma leitura construtivista da integração europeia**. *Revista Ética e Filosofia Política*, Vol.2, nº 12, 2010, 249-267 p.

GUZZINI, Stefano. **The Concept of Power: a Constructivist Analysis**. *Journal of International Studies*. Vol.33, Nº.3, 2005, p. 495-521.

HERZ, Mônica. **Teoria das Relações Internacionais no Pós- Guerra Fria**. vol. 40, nº. 2 Rio de Janeiro, 1997, *On-line*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200006&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 07 de novembro de 2016.

HETTNE, Bjorn; SODAERBAUM, Fredrik. **The New Regionalism Approach**. *Politeia*, Vol 17, Nº 3, 1998. p. 1-18.

_____. **The rise of regionness**. *Rev. New Political Economy*, Vol. 5, nº 3, 2000, p. 33-47.

HOPF, Ted. **The Promise of Constructivism in International Relations Theory**. *Rev. International Security*, Vol. 23, nº. 1, 1998, p. 171-200.

HURRELL, Andrew. **The Regional Dimension in International Relations Theory**. In.: FARREL, Mary; HETTNE, Bjorn; LANGENHOVE, Luk Van. **Global Politics of Regionalism**. 2005, p.46-51.

JONES, Richard. Wyn. **Theory: Reconceptualizing Security**, In.: **Security, Strategy, and Critical Theory**, Lynne Rienner Publishers, Inc: 1999, (n.p.).

JUS. **As etapas do processo de integração regional. Uma análise a partir do modelo europeu**. *on-line*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12833/as-etapas-do-processo-de-integracao-regional>>. Acesso em: 24 de novembro de 2016.

KATZENSTEIN, PeterJ; KEOHANE, Robert; KRASNER, Stephen. **International Organization and the Study of World Politics**. *International Organization*, International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the Study of World Politics, Vol. 52, nº. 4, 1998, p. 670-684.

KEOHANE, Robert. O.; NYE, Joseph S., Realism and Complex Interdependence. In: **Power and Interdependence**. New York: Longman, 3ª ed. 2001, p. 21-22.

KERBER, Gilberto. **Mercosul e supranacionalidade**: um estudo à luz das legislações constitucionais. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Turma Especial - URI - Campus Erechim. Florianópolis, 2000, p. 57-60. Disponível em:<
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/78226/170264.pdf?sequence=1&isAllOwed=y>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2017.

KRASNER, Stephen D. **Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais**: regimes como variáveis intervenientes. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, nº. 42, 2012, p. 93-110.

KRATOCHWIL, Friedrich; RUGGIE, John Gerard. **International Organization: A State of the Art on an Art of the State**. Rev. International Organization, Vol. 40, Nº. 4, 1986, p. 753-775.

KURKI, Milja; WIGHT, Colin. International Relations and Social Science. In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theory: Discipline and Diversity**. United Kingdom: Oxford University Press, 2013, p. 14-33.

LAGE, Victor Coutinho. **Os debates de Relações Internacionais e a emergência do movimento construtivista**. Belo Horizonte: Fronteira, Vol. 6, nº 12, 2007, p.101-121.

LAURENTI, Carolina; BARROS, Mari Nilza Ferrari. **Identidade: Questões Conceituais e Contextuais**. Vol. 2, nº 1, 2000, *on-line*. Disponível em:<
<http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n13.htm>>. Acesso em: 05 de novembro de 2016.

MALAMUD, Andrés. **Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional**. NORTEAMÉRICA. Ano 6, nº 2, 2011, p. 219-249.

MARIANO, Karina L. Pasquariello. **Processos de integração regional e novas formas de poder**. XXIII Encontro anual da ANPOCS, GT 13: Política Internacional, 1999, p.1-49.

NOGUEIRA, Carolina Dantas. **Os atores sociais e a teoria das Relações Internacionais**. 3º Encontro Nacional ABRI, 2011, p.2-14. Disponível em:<
http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100045&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 de janeiro de 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, Cap. 3.

NYE, Joseph Samuel. **Peace in Parts: integration and conflict in regional organization**. Boston: Little Brown, 1971, p. 3-8 ; p. 129-134.

PECI, Alketa; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CLEGG, Stewart R. **A Construção do “Real” e Práticas Discursivas: o Poder nos Processos de Institucionaliz(ação)**. RAC, v. 10, n. 3, Jul./Set. 2006, p. 51-71. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rac/v10n3/a04v10n3.pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2016.

PENNA FILHO, Pio. **A integração regional no continente africano: situação atual e perspectivas**. XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu - MG, 22 a 26 de Outubro de 2007, p. 1-25.

RAMOS, Cláudia Toriz. **Teorias da integração europeia: uma breve perspectiva**. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto: Ed. Universidade Pessoa, 2005, p. 327-344.

RICHARD, Yann. **Integração Regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas**. Nº 20, 2014, *on-line*. Disponível em: < <https://confins.revues.org/8939?lang=pt>>. Acesso em: 18 de maio de 2017.

RISSE, Thomas et al. **To Euro or not to Euro? The EMU and Identity Politics in the European Union**. European University Institute: European Journal of International Relations, Vol. 5, nº 2, 1999, p. 156.

RISSE, Thomas. **Social Constructivism and European Integration**. Oxford: Oxford University Press, s.v. (s.n), 2004, p. 144-160.

RUGGIE, John Gerard. **Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relation**. International Organization, Vol. 47, Nº 1. Winter, 1993, p. 139-174.

SANTOS, Sérgio Cabarello. **Constructivism and Regional Integration Theories: The Application to Mercosur**. 2008, p. 1-27. Disponível em:<
<https://pdfs.semanticscholar.org/9087/58710bc168fedecd01dbbf582ea851a78b49.pdf>>.
Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

SANTOS, Thauan; FONTES, Pablo. **Identidade e Integração: o papel da mídia na formação da identidade latino-americana**. Anais Eletrônicos do SIMPORI, 2015, (n.p.). Disponível em:<
http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/images/simposio/artigos2015/SANTOS%20FONTES_Identidade.pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

SMITH, Steve. Introduction: Diversity and Disciplinarity in International Relations Theory. In.: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theory: Discipline and Diversity**. United Kingdom: Oxford University Press, 2013, p.1-12.

WAEVER, Ole. Still a Discipline After All These Debates? In: DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theory: Discipline and Diversity**. United Kingdom: Oxford University Press, 2013, p.306-323.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics**. International Organization, Vol. 46, n°. 2, 1992, p. 391-425.

_____. Four sociologies of international politic. In.: **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, s.v. (s.n.) 1999, p. 22-29.

ZOLO, Danilo. Uma Cosmópolis imperial? In. **Globalização: um mapa dos problemas**. Florianópolis: Conceito Editorial, s.v. (s.n.), 2010, p. 57-69.